



**Ministério da Cultura
Conselho Nacional de Política Cultural - CNPC**

**ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA
DO CONSELHO NACIONAL DE
POLÍTICA CULTURAL
CNPC**

Brasília (DF), 24 e 25 de março de 2009

Local: Carlton Hotel – Sala L'Amazon

5ª Reunião Ordinária do CNPC Realizada em 24 e 25 de Março de 2009.

1 Aos vinte e quatro dias do mês de março de dois mil e nove, às nove
2 horas nesta cidade de Brasília, Estado do Distrito Federal, na Sala
3 L'Amazón do Carlton Hotel, situado nesta capital, sob a presidência do
4 Excelentíssimo Ministro de Estado da Cultura, Senhor **Juca Ferreira**, na
5 presença do Coordenador-Geral do CNPC, Sr. **Gustavo Vidigal** e dos (as)
6 Conselheiros (as): Sr. **Alberto Ferreira da Rocha Júnior** (ANDIFES), Sr.
7 **Aldenir Paraguassú** (Ministério do Meio Ambiente), Sr. **Alexandre**
8 **Furtado de Azevedo** (Ministério do Planejamento), Sr. **Alfredo Manevy**
9 (Secretário Executivo do MINC), Sra. **Alice Viveiros de Castro** (Circo),
10 Sr. **Álvaro Santi** (Música Erudita), Sr. **Álvaro de Mello Salmite** (SESC),
11 Sr. **Américo Córdula** (Ministério da Cultura), Sr. **Antônio Carlos Pinto**
12 **Vieira** (Museus), Sr. **Antonio Menezes Júnior** (Ministério das Cidades),
13 Sr. **Bruno Monteiro** (Artes Visuais), Sr. **Célio Turino** (Ministério da
14 Cultura), Sr. **César Piva** (Inclusão Social por Intermédio da Cultura), Sr.
15 **Daniel Sant'Ana** (Fórum Nacional de Secretários Estaduais), Sr.
16 Deputado José Fernando de Oliveira (Comissão de Educação e Cultura da
17 Câmara dos Deputados), Sr. **Du Oliveira** (Música Popular), Sra. **Dulce**
18 **Rocha Lamego Silva** (Dança), Sr. **Evanildo Bechara** (Academia
19 Brasileira de Letras), Sr. **Fábio Kobol** (Gestor de Políticas Culturais), Sr.
20 **Francisco Auto Filho** (Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes
21 Estaduais), Sr. **Genival Oliveira Gonçalves** (Indicação do Ministro), Sr.
22 **Ignácio Kornowiski** (Confederação Nacional de Municípios), Sr. **Ildeu**
23 **de Castro Moreira** (Ministério da Ciência e Tecnologia), Sra. **Isabel**
24 **Costa** (Casa Civil), Sra. **Laura Cristina Maia** (Associação Brasileira de
25 Municípios), Sr. **Luiz Antônio Rodrigues Elias** (Secretário Executivo do
26 MCT), Sr. **Luiz de Jesus Fidélis** (Povos Indígenas), Sr. **Luis Roberto C.**
27 **de Oliveira** (Entidades de Pesquisa), Sr. **Luiz Phelipe Andrés**
28 (Patrimônio Material), Sr. **Manoel Rangel** (Ministério da Cultura), Sra.
29 **Maria Adelaide S. Chamusca** (Ministério da Educação), Sra. **Maria das**

30 **Graças M. Castro** (Livro e Leitura), Sra. **Mariana Lopez** (Ministério do
31 Desenvolvimento Social e Combate à Fome), Sr. **Marcelo Veiga**
32 (Coordenação do CNPC), Sr. **Mário Olímpio Filho** (Frente Nacional de
33 Prefeitos), Sr. **Maurício Pestana** (Cultura Afro-Brasileiras), Sr. **Michel**
34 **Etlin** (Associação Nacional de Entidades Culturais Não Lucrativas - ANEC),
35 Sr. **Nelson Simões da Silva** (Diretor-Geral da RNP), Sr. **Oséas Borba**
36 **Neto** (Teatro), Sr. **Oswaldo Viegas** (Fórum Nacional de Secretários e
37 Dirigentes Estaduais), Sra. **Patrícia Knust Canetti** (Artes Digitais), Sra.
38 **Paula Simon Ribeiro** (Culturas Populares), Sr. **Paulo Knauss**
39 (Arquivos), Sr. **Paulo Ormino de Azevedo** (Patrimônio Imaterial), Sr.
40 **Roberto Nascimento** (MINC), Sr. **Renato Benini** (Grupos de Institutos,
41 Fundações e Empresas - GIFE), Sra. **Samyra B. de Serpa Crespo**
42 (Ministério do Meio Ambiente), Sra. **Sandra Verônica Cureau** (Ministério
43 Público Federal), Sr. **Sérgio Mamberti** (Funarte/MINC), Sra. **Solange**
44 **Lima** (Audiovisual), Sra. **Tânia Maria Brizolla** (Ministério do Turismo),
45 Sr. **Victorino Chermont de Miranda** (Instituto Histórico e Geográfico
46 Brasileiro) e Sr. **Zulu Araújo** (Ministério da Cultura); Teve início a 5ª
47 Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Política Cultural coordenada
48 pelo Senhor **Gustavo Vidigal**, servidor do Ministério de Cultura destinada
49 a apreciar a seguinte pauta: **Pauta do dia 24 de março de 2009: 1)**
50 **Abertura da Sessão. Exmo. Sr. Juca Ferreira** (Ministro de Estado da
51 Cultura); **2) Acordo de Cooperação Técnica Minc/MCT; 3) Painel Cultura e**
52 **Tecnologia; 4) Aprovação da Ata da 4ª Reunião Ordinária e Apresentação**
53 **da Ordem do dia; 5) Balanço dos Seminários do Plano Nacional de**
54 **Cultura; 6) Política de Editais. Item 1 – Abertura:** O Exmo. Ministro de
55 Estado da Cultura, Sr. **Juca Ferreira**, cumprimentou a todos,
56 principalmente aos novos conselheiros, dando-lhes as boas-vindas.
57 Sallentou que teria uma reunião com o Ministro do Planejamento para
58 resolver o problema de contingenciamento e outras questões do
59 Ministério; garantiu que o Sr. **Alfredo Manevy** teria condições plenas e
60 totais de dirigir a reunião; comentou que o Ministério está em um
61 momento muito importante, foi colocada a reforma da Lei Rouanet na rua

62 e isso é estratégico porque o Ministério conseguiu disponibilizar no ano
63 passado aproximadamente R\$ 1,2 bilhão e 3% dos proponentes, captaram
64 um pouco mais de 50% do recurso, mais de 80% foi para o Rio de Janeiro
65 e São Paulo; salientou que tem hora que precisa ter coragem de colocar o
66 dedo nas feridas; destacou que não é fim de governo, o segundo governo
67 Lula está pela metade, e ele pretende trabalhar até o último dia; frisou
68 ainda que o Ministério irá romper com a tradição brasileira de que em ano
69 de eleição não se trabalha; comentou que se suspendessem o pagamento
70 de salários, até entenderia, mas continuam recolhendo impostos e
71 continuam pagando aos funcionários e aos dirigentes, então tem que se
72 trabalhar até o último dia. Apontou que tem muita coisa para ser feita, a
73 constituição restringe apenas algumas atividades e a reforma da Lei
74 Rouanet é estratégica. Para ele, a primeira batalha parece que estão
75 ganhando, porque segundo ele, não há nenhuma marca de dirigismo na
76 reforma da lei, pelo contrário. Chamou a atenção que quando o Estado
77 quer fazer alguma coisa na Cultura dizem que há dirigismo, quando na
78 verdade o que há é responsabilização. Ele ressaltou que as políticas
79 públicas devem e podem ser compartilhadas desde as decisões prévias de
80 planejamento até a execução e a avaliação posterior. Comentou que, na
81 manhã da reunião, viu um respeitável colunista e âncora de uma das
82 principais televisões dizer que podem vir problemas, porque as empresas
83 querem continuar decidindo o que vão financiar. Citou que ninguém será
84 obrigado a direcionar os financiamentos, mas evidentemente que esses
85 argumentos superficiais serão rapidamente superados. Completou dizendo
86 que o Ministério ainda terá um enfrentamento de concepção, porque
87 quando a Lei Rouanet foi editada houve uma mistificação, como se o
88 dinheiro não fosse público, o imposto devido que deixa de ser pago para
89 ser aplicado na cultura é dinheiro do caixa do governo, ou seja, é dinheiro
90 público, portanto está submetido a todas as responsabilidades e
91 acompanhamentos de definição do seu uso. Ele lembrou que nos 18 anos
92 de Lei Rouanet apenas 10% foi contribuição da área privada, 90% do
93 dinheiro é o dinheiro público, arrecadado através de impostos,

94 principalmente do imposto de renda de todo o Brasil. Ele interrompeu para
95 dar boas-vindas ao Secretário-Executivo do Ministério de Ciência e
96 Tecnologia e disse que talvez seja a parceria mais promissora no
97 momento e que deseja estender no mesmo grau com os Ministérios do
98 Meio Ambiente e da Educação. Ele ressaltou que vão assinar um acordo de
99 cooperação muito importante, mas que o Fundo Nacional de Cultura já
100 tem contado com a contribuição do Ministério de Ciência e Tecnologia.
101 Complementou contando que o próprio Embaixador Sérgio Rouanet,
102 criador da lei, quando esteve no Ministério, em uma solenidade, disse que
103 não é verdade que a falta de avaliação faz parte da essência da Lei
104 Rouanet. Alegou que qualquer dinheiro público tem que ser submetido a
105 uma consideração de custo-benefício e a uma avaliação por parte dos
106 gestores. O Ministro analisou que ninguém pode acreditar que não existe
107 uma relação entre o que é disponibilizado sobre forma de recursos e o que
108 é disponibilizado em forma direta para ser aplicado na área cultural,
109 através do Fundo Nacional. Ele mostrou que é evidente que há
110 adversários importantes e preparados, mas é parte do processo. Ressaltou
111 que quem quer mudar alguma coisa do Brasil, por menor que seja, tem
112 que enfrentar uma estrutura de resistência à melhoria e garantiu que o
113 Ministério foi preparado para isso. Disse que hoje existem investidores
114 que compreendem a injustiça do sistema, e os melhores da área artística
115 brasileira começam a compreender que eles não perdem nada, pelo
116 contrário, a cultura brasileira vai ganhar com a mudança da Lei Rouanet.
117 Ele analisou que na primeira etapa o Ministério está indo bem e ainda não
118 viu um argumento substancial contra, já haviam argumentos no sentido
119 de aprofundar a lei, que vão ter que incorporar, mas não houve
120 argumento contra o dirigismo. Ressaltou que no dia que tiver uma
121 manifestação contra a estatização da cultura ele estará presente, se de
122 fato houver razão da manifestação. Colocou que o país tem uma estrutura
123 saudável, principalmente pelo esforço, que foi feito nesse governo, de
124 ampliar o fortalecimento das condições da economia brasileira. Para ele, o
125 Brasil vai ter condições de resistir à diversificação do mercado. Contou

126 que foi criada uma estrutura que, de fato, gera uma possibilidade de
127 potencializar ao máximo a capacidade produtiva do Brasil e, segundo ele,
128 o mais importante de tudo foi a incorporação de 30 milhões de brasileiros
129 no mercado interno do Brasil. Ele admitiu que era pouco para considerar
130 um movimento de inclusão, já que a inclusão não seria só aumentar a
131 capacidade de compra, como também cultura, educação, autonomia
132 individual e coletiva, mas a incorporação para 30 milhões de brasileiros
133 colocaria o mercado brasileiro com potencial de resistir a essa redução de
134 mercado das *commodities* brasileiras. Ele salientou que ninguém tem
135 coragem de dizer que o impacto que essa crise está tendo sobre o Brasil
136 foi produzido internamente. Relatou que há um peso excessivo das
137 *commodities* na economia brasileira e isso é desde que Cabral chegou, o
138 Brasil era exportador de cana-de-açúcar, depois de madeira, depois de
139 café, ouro e agora é a soja e o gado. Para ele, essa tradição precisa ser
140 relativizada, *commodities*, ou seja, produto sem valor agregado não tem
141 condições de sustentar uma economia do tamanho do Brasil. Completou
142 que a situação que o país está vivendo é uma situação de apreensão,
143 onde vai receber uma conta advinda dessa crise, o governo brasileiro está
144 buscando meios, certamente terá que reduzir gastos públicos, mas sem
145 pavor. Ele aconselhou tranquilidade para tudo, até para quanto mais
146 grave o problema estiver, e ressaltou que não é momento de cortar o
147 investimento da Cultura, nem da Educação, são componentes e
148 investimentos estratégicos para o Brasil se consolidar e tornar-se
149 sustentável. Ele relatou ainda que teriam três grandes temas no momento
150 no Brasil: aumentar sustentabilidade da sociedade – relação com o meio
151 ambiente; manter o investimento na Cultura e na Educação; e fortalecer a
152 democracia. Ele disse que o Ministério está negociando e lamentou que a
153 luta é dura porque a primeira coisa que cortam é a Cultura e a Educação.
154 Lembrou ainda que a Educação já tem uma proteção legal e institucional,
155 mas a Cultura não. Ele pressionou para lutar pela PEC 150, que o
156 Ministério já deu seu apoio total e os parlamentares estão querendo
157 aprová-la. Ele avaliou que estão pedindo muito pouco, o mínimo de 2%

158 para a Cultura. Ele frisou que a Lei Rouanet é estratégica e ressaltou a
159 questão da modernização do direito autoral no Brasil que, para ele, vai ser
160 uma briga muito maior, pois o direito autoral é a coisa mais injusta, mas é
161 muito bem constituída, tem raízes profundas, não só no Brasil. Chamou a
162 atenção da importância do Conselho, que tem conquistado uma
163 representação, parabenizou o Conselho pelo apoio que deu na
164 continuidade na demarcação das terras indígenas, na Raposa Serra do
165 Sol, e expôs a sua emoção e do Sr. **Sérgio Mamberti**, por verem a
166 destreza da demanda e como a democracia brasileira está amadurecida.
167 Então, ele novamente parabenizou o Conselho e disse que naquele
168 momento que ele estava lá representando o Ministério da Cultura, estava
169 também representando esse Conselho. **Item 2 – Acordo de Cooperação**
170 **Técnica Minc/Ministério da Ciência e Tecnologia:** O Secretário-
171 Executivo do Ministério da Cultura, Sr. **Alfredo Manevy**, cumprimentou a
172 todos e ressaltou a presença do Secretário-Executivo do Ministério da
173 Ciência e Tecnologia, Sr. **Luiz Antônio Rodrigo Elias**, e do Diretor Geral
174 da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa, Sr. **Nelson Simões da Silva**. Ele
175 explicou que há muitos anos os Ministérios da Cultura e da Ciência e
176 Tecnologia vêm se aproximando, no sentido de construir uma agenda
177 estratégica, por razões que se tornam cada vez mais evidente aos campos
178 dos dois órgãos. Colocou que a relação entre ciência e cultura é cada dia
179 mais decisiva no mundo contemporâneo. Para a produção cultural e para
180 o campo da cultura, as novas tecnologias, a cultura digital, as ferramentas
181 que os avanços tecnológicos disponibilizam, há pelo menos 30 anos, mais
182 recentemente com a evolução da Internet, configura uma mudança de
183 paradigma decisivo, modificação na produção, na difusão, no acesso da
184 população aos conteúdos culturais e informacionais que até então eram
185 restritos às instituições que lhe davam guarda. Ele esclareceu que isso
186 significa a possibilidade de acesso de cidadãos, até então excluídos de
187 qualquer relação, com informações relevantes a uma plataforma ágil e
188 dinâmica que é a Internet, o celular, a possibilidade de uma conexão
189 rápida e imediata com o mundo da informação. Explicou que significa a

190 possibilidade de todas as manifestações artísticas terem acesso à forma
191 de produção mais econômicas e acessíveis, que impactaram em anos
192 recentes o cinema, as artes visuais, a música brasileira, a literatura, tudo
193 aquilo que envolve produção simbólica foi extremamente beneficiado com
194 o que a tecnologia tem aportado diretamente em condições e meio de
195 expressão. O Sr. **Manevy**, colocou que um programa com pontos de
196 cultura, por exemplo, certamente não teria o impacto que teve sem a
197 disponibilização que foi parte do programa de Internet, tecnologia, kits de
198 produção cultural que atingiram grupos culturais nas comunidades, ou
199 seja, a tecnologia, segundo ele é uma ferramenta de política pública, é
200 uma realidade na produção e no acesso cultural. Explicou que uma política
201 pública de cultura não poderia ter na Ciência e Tecnologia além de uma
202 parceria decisiva no avanço dos principais objetivos: a universalização do
203 acesso à cultura, a difusão dos meios culturais no país, a desconcentração
204 territorial, regional e social na relação com a cultura. Esclareceu que o
205 reconhecimento da diversidade cultural como um patrimônio é decisivo da
206 sociedade brasileira, tudo isso tem uma relação chave com a ciência e a
207 tecnologia. Ele acredita que pode ir muito além do que apenas mostrar a
208 relação dos fundamentos e alicerces da política cultural com a política de
209 ciência e tecnologia, como por exemplo, reconhecer que os conhecimentos
210 e saberes da cultura são científicos e são fundamentais na formação da
211 sociedade brasileira. Colocou que os conhecimentos das populações
212 tradicionais, os saberes dos povos indígenas e o reconhecimento desses
213 saberes com uma alta tecnologia que dizem respeito ao futuro do país e
214 ao modelo de sociedade que se pretende constituir. Ele ressaltou que essa
215 inversão e esses conhecimentos, no século passado, muitas vezes foram
216 tratados como saberes de segunda categoria ou como elos arcaicos da
217 sociedade. Então, indagou quantas vezes já foi abordado sobre os povos
218 indígenas e os tradicionais como algo que o desenvolvimento superaria
219 com o progresso na direção de uma cultura que chegaria pelo
220 desenvolvimento e pelo progresso. Disse que, hoje, o Brasil tem um
221 governo, uma política pública e uma sociedade que passa paulatinamente

222 a reconhecer que saberes e conhecimento são um grande patrimônio e
223 uma alta tecnologia que deve ser incentivada, reconhecida, protegida,
224 articulada com formas de difusão e outras plataformas. Complementou
225 que são muitas dimensões na relação cultura e ciência que devem ser
226 exploradas, inclusive relações no plano da gestão e da institucionalidade.
227 Ele resgatou a questão da Lei Rouanet, abordada pelo Ministro da Cultura,
228 Sr. **Juca Ferreira**, e mencionou que um ponto decisivo da lei é inspirado
229 no bem, sucedido do modelo que desenvolveu a pesquisa científica no
230 Brasil de maneira crescente e robusta nos últimos anos, que permitiu um
231 acesso da pesquisa científica ao recurso público de forma transparente,
232 com isonomia, com critérios claros e que tem gerado indicadores que são
233 reconhecidos pelas sociedades científica e civil, e pela imprensa. Ele
234 questionou por que a produção cultural deve ter, no mecanismo do
235 mecenato, que depende do bom ou do mau humor do setor privado, o seu
236 financiamento. Questionou por que esse é o mecanismo exclusivo da
237 produção cultural, enquanto outras dimensões da vida social brasileira
238 tiveram acesso ao financiamento direto por parte do Estado, se
239 desenvolveram de maneira equilibrada e harmônica em anos recentes.
240 Questionou ainda, por que somente a Cultura tem que ter um mecanismo
241 onde a decisão parte de uma visão privada que se estabelece sobre uma
242 demanda cultural. Ele avaliou que o Brasil tem um modelo interessante,
243 universal e objetivo, que revela como o Estado pode ter um sistema justo
244 e transparente, que não é estatal, é público, e quem revela as suas
245 prerrogativas é a própria comunidade científica que avalia a pesquisa no
246 país. Contemplou que a partir de pareceres, critérios, conselhos e fundos
247 setoriais que se estabelecem na relação com o financiamento à Ciência e
248 Tecnologia. Exemplificou um modelo que já funciona, numa área decisiva,
249 que é o conhecimento e a tecnologia, pode muito bem ser aplicado à
250 Cultura com sucesso, garantindo um sistema mais justo, compensando as
251 distorções e insuficiência que o mecanismo do mecenato, ao garantir
252 oitenta por cento dos recursos da Cultura, em contraposição aos vinte por
253 cento do Fundo Nacional de Cultura, tem gerado algumas distorções que

254 são conhecidas. Então, para o Sr. **Alfredo Manevy**, o modelo de gestão,
255 a institucionalidade, a relação do Ministério com a Ciência e Tecnologia,
256 com a FINEP – gerenciadora de projetos, com o CNPq – instituição
257 vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia, tem sido para o Ministério
258 da Cultura uma referência de tecnologia, de gestão e de política pública,
259 que é muito importante para o setor cultural. Ele colocou que o mecenato
260 ofereceu muito pouco para a Cultura em todos esses anos e disse que é
261 preciso estabelecer paradigmas que são constitutivos de republicanismo,
262 de um acesso equilibrado ao recurso público no campo cultural. Disse que
263 o Ministério da Ciência e Tecnologia oferece um paradigma importante,
264 que já é bem repercutido, na relação com o campo cultural, com os
265 produtores que tinham dúvidas se haveria dirigismo ou estatização.
266 Relatou que na visão dele já se tem um bom modelo público que funciona
267 e ele não vê a pesquisa científica no Brasil acusando dirigismo, com receio
268 de que os projetos de ciência e tecnologia sejam definidos em gabinetes.
269 Ele afirmou ainda que o sistema é claro, transparente e funciona, aporta
270 milhões de reais a todos os tipos e modalidades de pesquisas científicas. O
271 Sr. **Manevy** questionou: Por que não ter o mesmo na Cultura? Por que só
272 a Cultura tem que depender do bom e do mau humor das empresas que
273 vão escolher projetos em setores que não são a sua área fim? Ele
274 exemplificou com o caso da Petrobrás, que não tem nenhuma área fim na
275 Cultura, mas na primeira crise que a empresa enfrenta, segundo ele, já
276 retirou recursos do campo cultural, inclusive de patrocínios que já
277 estavam acertados. Colocou que, portanto, a crise só reforça a fragilidade
278 de um mecanismo que depende da bonança dessas empresas e, ainda
279 assim, elas têm um viés muito claro, legítimo, que é o retorno comercial
280 por imagem e marketing, que pequenas parcelas culturais conseguem dar
281 de retorno, segundo ele, já que oitenta por cento dos projetos culturais do
282 Brasil não têm essa característica de dar retorno de imagem, como as
283 empresas querem. Ele espera que o modelo de financiamento, que é
284 inspirado no modelo do CNPq, ajude a desmistificar essa questão, que já
285 funciona bem em certas áreas e não tem porque não funcionar no campo

286 cultural. Ele comentou que essa aproximação dos Ministérios da Cultura e
287 da Ciência e Tecnologia já permite partir para uma parceria concreta e
288 que foi consubstanciada, formalizado na Portaria Interministerial Nº 796,
289 de 28 de outubro de 2008, a partir de uma reunião, onde o Secretário-
290 Executivo do Ministério da Ciência e Tecnologia, Sr. **Luiz Antônio**
291 **Rodrigo Elias**, e o Ministro da Cultura, Sr. **Juca Ferreira**, definiram uma
292 agenda estratégica, pontos que já deveriam ser paradigmaticamente
293 definidos para não perder tempo e poder estar, hoje, com um conjunto de
294 ações que foram desenhadas e que vão iniciar essa parceria entre os dois
295 Ministérios. Ele esclareceu que um dos projetos que foram aprovados no
296 Conselho Nacional de Política Cultural, em parceria com a Cinemateca
297 Brasileira, de digitalização do acervo da cultura do cinema nacional, para
298 que ele possa ser acessível por parte da sociedade brasileira que não
299 conhece, é parte deste projeto que será financiado pelos dois Ministérios,
300 neste ano, alavancando e digitalizando uma produção que é desconhecida
301 por boa parte do país. Ele citou os pontos gerais do termo de cooperação:
302 a relação com os museus; o banco de conteúdos audiovisuais brasileiros;
303 o projeto de referência da Pedra do Barroco; a plataforma de
304 aprendizado; a RNT – Internet em alta velocidade; o impacto aos arranjos
305 produtivos da Cultura; os centros vocacionais tecnológicos; a divulgação
306 científica na revista de História da Biblioteca Nacional. Complementou
307 dizendo que para isso serão formados grupos de trabalho. Para concluir,
308 ele ressaltou a importância da parceria, dentro do escopo com o MCT, com
309 a RNP (Rede Nacional de Ensino e Pesquisa). Disse que a primeira etapa
310 do contrato com a rede prevê todo o cabeamento e intercessão das
311 instituições do Ministério da Cultura, na banda larga de alta velocidade,
312 que vai permitir a altas difusões esculturais, que muitas vezes estão
313 desconhecidas da população. Disse também que isso possibilitará o uso de
314 serviços de teleconferência, mas, segundo ele, o maior ganho é que a RNP
315 vai permitir um acervo cultural digital. Ele argumentou que a escolha do
316 Ministério pela RNP foi por causa da qualidade, eficácia, custo e benefício
317 que a empresa oferece com o serviço de banda larga. O Sr. **Alfredo**

318 **Manevy** passou a palavra ao Secretário-Executivo do Ministério da
319 Ciência e Tecnologia, Sr. **Luiz Antônio Rodrigo Elias**, que representou o
320 **Ministro Sérgio Rezende. Item 3 – Painel de Cultura e Tecnologia:**
321 O Sr. **Luiz Antônio Rodrigo Elias** (MCT), cumprimentou a todos e pediu
322 desculpas pelo seu atraso. Ele ressaltou que quem deveria estar na
323 reunião era o Sr. **Sérgio Rezende** para contemplar os desafios
324 enfrentados pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, junto com o Ministério
325 da Cultura, colocados no início da gestão deste Governo, em 2003. O Sr.
326 **Luiz Antônio Rodrigo Elias** (MCT) justificou a ausência do Ministro, que
327 estava acompanhando o Presidente da República em reuniões. Ele
328 apreciou os pontos que os Ministérios conseguiram alcançar nesse desafio,
329 que são: a determinação da questão da inclusão social e, segundo ele,
330 não apenas a inclusão digital, ou seja, ter a capacidade de um Ministério
331 que trata do complexo da formação de recursos humanos, das questões
332 voltadas junto ao setor empresarial e incluir, como central temática, a
333 questão da inclusão social. Destacou que a parceria reforça a capacidade
334 entre os Ministérios, dá a competência de articulação, entende de forma
335 sistêmica os investimentos relacionados à formação de recursos humanos
336 e ao trabalho do complexo industrial de uma forma mais horizontal. Ele
337 relatou que quando formaram o grupo de trabalho, no final do ano
338 passado, o Ministro **Juca Ferreira** colocou um desafio: a Ciência e
339 Tecnologia precisava ter uma articulação mais forte e ter temas centrais
340 estratégicos que dessem capacidade dos Ministérios da Ciência e
341 Tecnologia e da Cultura de trabalhar. Ele completou, não só trabalhar com
342 o complexo industrial, mas também no processo de inclusão social, trazer
343 a inclusão como fator decisivo para esse acordo firmado. Ele ressaltou a
344 presença do professor **Ildeu de Castro Moreira**, que ajudou o Ministério
345 da Ciência e Tecnologia a consolidar esse processo e com isso,
346 conseguiram elencar um conjunto de procedimentos relacionados ao
347 audiovisual. Ele colocou que ao firmar uma portaria como a portaria Nº
348 796, é necessário olhar de forma estratégica o investimento da Cultura, e
349 não apenas olhar o investimento e a inovação na fronteira tecnológica, é

350 preciso que tenha a complexidade da Cultura inserida nesta estratégia. Ele
351 colocou que o fator decisivo da portaria é a estratégia, ou seja, um
352 elemento mais sistêmico e integrado aos Ministérios da Cultura e da
353 Ciência e Tecnologia. O Diretor Geral da Rede Nacional de Ensino e
354 Pesquisa, Sr. **Nelson Simões da Silva**, cumprimentou a todos e
355 agradeceu pela oportunidade de ser recebido no Encontro do Conselho
356 Nacional de Política Cultural. Ele iniciou sua participação com a história da
357 Rede Nacional de Ensino e Pesquisa, que nasceu no final dos anos 80,
358 quando o CNPq articulou alguns grupos de pesquisa no Brasil que
359 estudavam um tema novo – a Internet. Disse que apesar de estar apenas
360 na academia, a visão era de que seria necessário um esforço coordenado
361 nacional, para fazer algo que se mostrava impossível, que seria ligar todas
362 as universidades brasileiras a uma rede que permitisse geração de
363 conhecimento, colaboração e comunicação. Segundo o Sr. **Nelson**
364 **Simões**, hoje, a missão da RNP, que é um programa interministerial dos
365 Ministérios da Educação e de Ciência e Tecnologia, é de promover
366 inovação nessa área. Ele falou sobre o projeto piloto da RNP, que tem o
367 objetivo de desenvolver em conjunto como tornar visível os conteúdos de
368 cultura e língua brasileira. Ele completou que o piloto é modesto, mas vai
369 causar um grande impacto, com a alta velocidade da banda larga. O Sr.
370 **Alfredo Manevy** retomou a palavra e destacou que a grande questão do
371 século XXI é o conteúdo. Colocou que a partir do momento que as infra-
372 estruturas se estabelecem, alcançando todos os territórios e interligando
373 locais não incluídos na rede, o que vai, de fato, gerar valor é o conteúdo,
374 é o que vai trafegar nessa rede. Colocou que então a cultura é um ativo
375 decisivo nessa relação e na intensificação da rede. Contemplou também
376 que a questão da língua portuguesa é determinante, já que na Internet é
377 a sexta língua mais falada e vem caindo em termos de conteúdo, em
378 relação a outros conteúdos nacionais e línguas. Para ele, deve ter uma
379 diversidade lingüística cultural presente na rede e isso só será possível se
380 tiver políticas estratégicas de longo prazo, no sentido de garantir que o
381 conteúdo produzido pela sociedade, os acervos, os debates e as

382 instituições entrem na rede de maneira qualificada. Ele enfatizou que é
383 preciso uma articulação entre políticas de longo prazo para que o Brasil se
384 coloque na globalização como um produtor de conteúdo e não como um
385 consumidor, como acontece. O Sr. **Luiz Antônio Rodrigo Elias** (MCT),
386 retornou para fazer uma apresentação sobre os principais resultados
387 alcançados com o Plano Nacional de Ciência e Tecnologia e a inter-relação
388 com os aspectos voltados à inclusão social e para a questão da cultura, e
389 também, o que motivou montar a estruturação de um plano dessa
390 natureza e com essa envergadura. Ele informou que a estrutura, quanto à
391 política de governo, de Ciência e Tecnologia no Brasil, é muito recente
392 porque as grandes instituições, como a CAPS e a RNP, se formaram a
393 partir dos anos 50, a estruturação dos grandes cursos nacional ganha
394 volume a partir desse período, e a estruturação do conhecimento, junto
395 com o setor empresarial, só ganha relevo, de fato, no final dos anos 70 e
396 início dos anos 80. Segundo ele, quando o Ministério da Ciência e
397 Tecnologia entrou, percebeu, dentro da estrutura de governo, a
398 necessidade de se organizar um plano que desse uma estruturação de
399 planejamento de forma articulada entre o conjunto de políticas. Que não
400 olhasse apenas a política de tecnologia, na sua dinâmica interativa, na
401 questão do conhecimento ou na questão da inovação, junto com a
402 fronteira do conhecimento, mas que olhasse necessariamente o conjunto
403 de políticas que estavam sendo constituído especialmente a partir do
404 segundo Governo Lula. O Sr. **Luiz Antônio Rodrigo Elias** (MCT) explicou
405 que o plano foi estruturado em quatro eixos centrais: Expansão e
406 consolidação do sistema nacional – voltado para recursos humanos e
407 infra-estrutura laboratorial; Promoção e inovação tecnológica nas
408 empresas – voltado para induzir o processo de inovação, junto com o
409 meio empresarial; Áreas estratégicas – eleger alguns conjuntos de setores
410 tecnológicos ou setores maduros da economia brasileira que pudesse
411 induzir o processo; Desafio da inclusão social. O plano acabou tendo 21
412 linhas de ação e 87 programas de iniciativas. O plano, portanto, nestas
413 quatro linhas, tem um conjunto de fatores que são importantes para

414 induzir o processo. Ele esclareceu que o plano se caracteriza por ser um
415 elemento de configuração de política articulada e integrada com o PAC,
416 que é um desafio que a RNP está enfrentando, de como incluir nas linhas
417 da estrutura do programa o elemento de expansão da possibilidade de
418 interligação de forma digital. Ele articulou que a intenção é interligar um
419 conjunto de comunidades dentro da linha de infra-estrutura do PAC. Ele
420 lembrou que quando o plano foi apresentado ao Presidente da República,
421 há dois anos, somava R\$ 41 bilhões, mas esse recurso não é apenas do
422 Ministério da Ciência e Tecnologia, neste valor estão gravados os
423 Ministérios da Agricultura, de Minas e Energia – através da Petrobrás e de
424 um conjunto de parceiros da CAPS – através da Educação, do BNDES, de
425 um conjunto de parceiro que pudesse dar força nesse processo. Ele
426 considerou que a lógica central do plano é a articulação, inclusive com os
427 parceiros estaduais, onde foi ampliada a base do conhecimento, por meio
428 das universidades. Ele ponderou que, hoje, o país tem um avanço
429 significativo na produção de recursos humanos e científica. Salientou
430 ainda que a articulação dos estados tem sido um fator decisivo para a
431 articulação desse processo. Ele apontou que o plano vai enfrentar o
432 desafio regional, através da interligação da inclusão digital. Esclareceu
433 que qualquer elemento do Ministério tem o enfrentamento da
434 desigualdade regional como temática importante para tratar da ciência e
435 da tecnologia, de Norte ao Sul do país está interligada um conjunto de
436 base de dados que permitem cada vez mais capacidade em educação e
437 conhecimento, mais ainda cada vez mais integração regional, dada a
438 dimensão do país. O Sr. **Luiz Elias** (MCT) comentou que os institutos
439 nacionais são um programa de ampla envergadura, porque começaram a
440 somar a articulação e a sistematização dos programas junto com as
441 fundações de apoio à pesquisa dos estados. Ele ajuntou que as fundações
442 entraram nesse programa, que soma quase 650 milhões de Reais a 212
443 milhões de Reais. Disse que isso se deu a partir do incentivo que estão
444 colocando, junto com os governadores de estados, para que criem leis de
445 inovação, porque assim, segundo ele, eles carimbam os recursos para o

446 processo de pesquisa e desenvolvimento. Ele informou que no final de
447 2008 foram criados 123 institutos nacionais nas áreas: Nuclear, Antártica
448 e Mar, Energia, Biodiversidade e Meio Ambiente, Agronegócio, Amazônia,
449 Tecnologias da Informação, Ciências Sociais, Biotecnologia,
450 Nanotecnologia, Engenharia Física, Matemática e 39 institutos voltados à
451 saúde. Ele citou os projetos realizados pelo Ministério da Ciência e
452 Tecnologia nos últimos anos, com os seus respectivos resultados. Como
453 desfecho, ele mencionou que é preciso entender o Plano Nacional de
454 Ciência e Tecnologia, observar a fronteira do conhecimento, as áreas
455 estratégicas e o desafio da inclusão social. Antes que fosse iniciado o
456 debate, o Sr. **Alfredo Manevy** comentou sobre o potencial de integração
457 das políticas que, para ele, ficou claro na apresentação do Sr. **Luiz**
458 **Antônio Rodrigo Elias** (MCT). Ele destacou ainda, a questão dos
459 institutos nacionais, que é a articulação de saberes. O Coordenador Geral
460 do CNPC, Sr. **Gustavo Vidigal** (Coordenador Geral do CNPC), abordou
461 que a nova Lei Rouanet está baseada na criação de fundos setoriais. Ele
462 analisou que, quanto mais articulados os órgãos estiverem, melhor vai
463 funcionar o sistema. E em seguida, abriu a sessão de debates. O Gestor
464 Cultural da Fábrica do Futuro e Novas Tecnologias de Cataguases (MG),
465 Sr. **César Piva** (Inclusão Social por Intermédio da Cultura) fez uma breve
466 apresentação da missão da empresa na cidade mineira e avaliou ser um
467 grande desafio enfrentar a dimensão do Brasil, sobretudo as pequenas
468 cidades, com a organização de grandes projetos. Ele divulgou dois
469 encontros que serão realizados neste ano: A 1ª Conferência da
470 Comunicação, com o tema "Comunicação, Direitos e Cidadania na Área
471 Digital", e a 2ª Conferência da Cultura, com o tema "Cultura, Cidades e
472 Desenvolvimento Local". E ainda, ressaltou a questão do ensino à
473 distância, que é central para o grupo da Fábrica do Futuro, que está
474 criando o E.A. – Espaço de Aprendizado em Rede. O Representante do
475 Colegiado Setorial de Artes Visuais, Sr. **Bruno Monteiro**, apresentou-se
476 como artista visual e relatou a sua carreira profissional. Ele parabenizou
477 os dois Ministérios pelo projeto e inquiriu quais são as perspectivas para o

478 tratamento do conhecimento informal pelo programa dos órgãos e se cabe
479 ao Ministério da Ciência e Tecnologia ou se coube ao Ministério da Cultura
480 um assento, sem direito a voto, mas como fonte de ampliação desse
481 intercâmbio no Conselho da Cultura ou no da Ciência e Tecnologia. Ele
482 perguntou também de que forma o conhecimento relacionado à *Low-Tech*,
483 associado aos conhecimentos formais e informais, podem contribuir para
484 que esse conteúdo possa ser melhor consolidado, levando em conta quem
485 faz e quem tem acesso a essa informação. Por fim, ele arguiu de que
486 forma a Arte e a Ciência podem dialogar ou estar mais próximo desse
487 modelo. A Representante do Colegiado Setorial de Circo, Sra. **Alice**
488 **Viveiro de Castro**, contemplou todas as novidades apresentadas pelo
489 programa dos Ministérios e mostrou a importância para o circo,
490 destacando que a tradição do setor não pode ser esquecida. Ela ressaltou
491 a situação da Escola Nacional de Circo, do Ministério da Cultura, que passa
492 por problemas de acesso às informações dos grandes centros nacionais. E
493 apontou também a problemática da itinerância do circo, que deve ser
494 estimulada, está com dificuldade de conexão à rede de informação. A
495 Procuradora Geral da República e Coordenadora da Câmara de Meio
496 Ambiente – Patrimônio Cultural do Ministério Público Federal, Sra. **Sandra**
497 **Verônica Cureau**, perguntou ao Sr. **Alfredo Manevy** se quando ele
498 referiu ao caso da Natura tratava das vendedoras do Ver-o-Peso do Pará
499 ou se seria um novo caso. O Sr. **Alfredo Manevy**, explicou que é um caso
500 no Acre, com os Axanincas, que é mais complicado do que o caso do Pará.
501 Para atender o princípio do respeito do conhecimento das comunidades
502 tradicionais, ele solicitou à Procuradora os elementos da Natura para
503 chegar a um termo de ajuste de conduta que contemple todas as partes.
504 Por sua vez, a Sra. **Sandra Verônica Cureau**, sugeriu, ainda, que o
505 Brasil deveria investir na divulgação da língua Portuguesa. O Sr. **Paulo**
506 **Knauss**, representante de Arquivos, parabenizou a iniciativa dos
507 Ministérios. Ele observou que há uma oportunidade para construir a
508 interface da pesquisa científica com a sociedade. Segundo ele, isso conduz
509 a redefinir a relação dos institutos de pesquisa com a sociedade. Ele

510 destacou a importância do investimento em equipamento para pesquisa,
511 como, por exemplo, as máquinas de leituras de microfilmagem, que se
512 encontra em decadência. Ele chamou a atenção ao controle ambiental dos
513 modelos de arquivos no país. Esclareceu que a perspectiva do projeto não
514 é de centralização de investimentos em acervos. Ele notou que a
515 Cinemateca Brasileira criou e está consolidando o SBIA - Sistema
516 Brasileiro de Informações Audiovisuais. Disse que trinta e dois bancos de
517 conteúdos estão integrados ao sistema, então, a expectativa é que o
518 conteúdo desses acervos, a médio e longo prazo, seja integrado ao banco
519 de conteúdo, para o acesso da população. A Presidente da ABD Nacional,
520 Sra. **Solange Lima**, discorreu sobre o convênio com o Programa Mais
521 Cultura, que a ABD não estava pleiteada, por ser Audiovisual, e que, para
522 ela, pode ter um salto propositivo com o canal que a ABD lançou, o ABD
523 no Ar, com informações de todo o Brasil, uma proposta de divulgação de
524 todo o conteúdo nacional. Ela comentou também sobre a proposta da ABD
525 de um fórum nacional que se iniciaria a partir de maio deste ano, com
526 discussões entre os estados brasileiros, com todos os representantes de
527 audiovisual, pensando numa forma de visibilidade do cinema nacional. O
528 Professor da Universidade Federal de São João Del Rei (MG), Sr. **Alberto**
529 **Ferreira da Rocha Júnior** (ANDIFES), deu destaque ao Píbic Júnior, que,
530 para ele, é fundamental para a educação integradora; ele avaliou de
531 extrema importância a questão da produção do conhecimento não está
532 mais restrita apenas à pesquisa. Ele aludiu que a extensão universitária
533 também é produtora de conhecimentos. Sugeriu então intensificar o
534 diálogo com o fórum de pró-reitores de extensão das universidades
535 públicas do Brasil; ele colocou que a grande dificuldade da arte e cultura é
536 difundir o que já existe; a respeito disso, ele inquiriu se é possível fazer
537 alguma ação junto com os CVTs; ele abordou a necessidade de
538 investimento na melhoria de equipamentos culturais, incluindo os museus
539 de ciências, das universidades públicas brasileiras; recomendou um edital
540 de CT-Infra da FINEP, voltado à infra-estrutura cultural, que envolva tanto
541 pesquisa, quanto extensão universitária, ou seja, a possibilidade de levar

542 o conhecimento à comunidade externa. A Representante do Colegiado
543 Setorial de Dança e Professora da Universidade Federal da Bahia, Sra.
544 **Dulce Lamego Silva** (Dança), revelou que o CT-Infra foi fundamental
545 para a infra-estrutura das universidades públicas brasileiras, mas
546 ponderou que é preciso muito mais para interligar as universidades à
547 sociedade. Ela considerou a união da arte com a tecnologia importante
548 para esse processo de conexão de conhecimento. O Coordenador de
549 Cultura Digital da Secretaria de Políticas Culturais, Sr. **José Murilo**,
550 respondeu a questão abordada pelo Sr. **Paulo Knauss** (Arquivos), sobre
551 arquivos. Ele voltou ao assunto do projeto piloto da RNP e relatou que
552 além da parte que cuida dos tubos e conexões, tem a prospecção de
553 pesquisa, que permitem a digitalização dos acervos, interfaces de acessos
554 aos conteúdos e ainda vão contemplar dois eventos neste ano: o
555 Seminário Nacional de Digitalização de Acervos – no primeiro semestre de
556 2009, e, no decorrer do ano, será realizado o fórum da Cultura Digital
557 Brasileira, que vai abordar a disponibilização dos acervos em cinco eixos
558 principais: a memória digital, a economia da cultura digital, a infovia
559 digital, a arte na era digital e a comunicação digital. O Representante do
560 Iphan, de Patrimônio Imaterial, Sr. **Paulo Ormino de Azevedo**, criticou
561 o impacto ambiental que o projeto dos Ministérios pode causar. Ele
562 admitiu que o programa é importante, mas colocou que, no Brasil, deixou-
563 se de dar atenção à elaboração de projetos, nas obras públicas, obras de
564 engenharia de maior magnitude. Ele questionou quantas pessoas
565 especializadas estão produzindo ciência e tecnologia, pois, para ele, o país
566 não tem um mercado ou políticas capazes de absorver isso. Ele ressaltou
567 também a questão da conservação de acervos, em relação ao controle de
568 temperatura e cupins. A Representante do Colegiado Setorial de Livro e
569 Leitura, Sra. **Maria das Graças de Castro**, chamou a atenção para a
570 criação de uma rede para fazer a universalização do conhecimento de
571 forma mais eficaz e eficiente. Nesse sentido, ela avaliou o problema de
572 dispor outras linguagens nas bibliotecas, que não só o livro, mas outras
573 estruturas que possam mediar o conhecimento. Ela colocou que a

574 estrutura do ensino à distância também merece melhoria, não só no nível
575 superior, mas no nível técnico. O Representante do Colegiado Setorial de
576 Música e do Fórum Nacional de Música, Sr. **Álvaro Santi**, indagou se
577 houve alguma reflexão de como a questão dos direitos autorais vai
578 funcionar, em função das limitações da nova lei. O Secretário da
579 Identidade da Diversidade Cultural, Sr. **Américo Córdula**, apresentou o
580 trabalho da secretaria e sugeriu a realização de um mapeamento da
581 diversidade de conhecimento, por meio da rede do projeto, principalmente
582 pela RNP, para trabalhar os indicadores culturais. Ele ressaltou a questão
583 dos povos indígenas, em relação à educação, que necessita do apoio de
584 profissionais, e em relação às línguas, que têm uma grande diversidade e
585 precisam ser preservadas. Ele esclareceu que dentro desse contexto eles
586 trabalham com o diálogo e constituição de grupos de trabalho para a
587 construção de políticas públicas para o Ministério da Cultura e que estão
588 sempre debatendo em editais e também muitas diretrizes e ações. Colocou
589 que a Secretaria também tem um papel importante no diálogo com a
590 convenção da diversidade, da promoção e da proteção das diversidades
591 na UNESCO que por sinal, lembrou ele, naquele momento estaria
592 acontecendo uma reunião em Paris, a delegação brasileira estaria lá
593 discutindo no Comitê Intergovernamental. Questionou ainda, como que os
594 conselheiros poderiam criar algumas ligas ou conexões para que a
595 convenção de fato pudesse ser aplicada principalmente no que diz em
596 relação à promoção e a proteção das diversidades culturais. Relevou que
597 existe uma preocupação muito grande de conhecer qual é essa
598 diversidade, e enfatizou que o mapeamento dessa diversidade é uma das
599 necessidades que estão dentro do Conselho Nacional de Sustentabilidade
600 dos Povos Tradicionais que, por sua vez, é coordenada pelo MMA e pelo
601 MDS e que o Ministério da Cultura tem assento. O Secretário de Cultura
602 de Alagoas e Representante de Secretários e Dirigentes Estaduais, Sr.
603 **Oswaldo Viegas**, sugeriu que os Ministérios consolidassem o universo de
604 demandas levantado na reunião e aos poucos definindo as prioridades
605 para solucionar as necessidades. Para ele, a difusão é o maior problema,

606 de como fazer chegar a todos aqueles que precisam do suporte científico
607 e, principalmente, o tecnológico que é o que vai trabalhar diretamente.
608 Sugere, então, que se possa consolidar e aos poucos se identifiquem as
609 possibilidades e, além disso, que se resolvam junto com o Ministério essas
610 demandas. Findando, ele propõe ainda que houvesse uma triangulação
611 entre os Ministérios da Cultura e da Ciência e Tecnologia com o SEBRAE.
612 O Representante da Associação Brasileira de Antropologia, Sr. **Luis**
613 **Roberto C. de Oliveira**, perguntou se seria possível, nesta articulação
614 entre os dois Ministérios, a criação de um fundo de apoio à cultura. Ele
615 completou que, se na criação o eventual fundo, assim como na
616 disponibilização de editais para investimento na área da Cultura, que as
617 propostas sejam avaliadas a partir de pares, que ele qualifica como algo
618 que deu muito certo com o CNPQ e CAPS. Por fim, ele questionou sobre
619 direitos autorais indígenas, se há algum mapeamento. A Sra. **Patrícia**
620 **Knust Canetti**, representante das Artes Digitais, comentou sobre a troca
621 de informações por meio da rede e tocou no assunto sobre *sites* do
622 governo. Ela sugeriu que as páginas deveriam ser licitadas para evitar
623 vícios de apenas prestar serviço e ampliar a divulgação de conteúdo. O
624 Secretário de Cultura do Acre, Presidente do Fórum Nacional de
625 Secretários e Dirigentes Estaduais de Cultura, Sr. **Daniel Sant'Anna**,
626 diante do esforço que o Ministério da Cultura e os Estados no sentido de
627 implantação do Sistema Nacional de Cultura e, dentro desse sistema, os
628 Sistemas Nacional e Estaduais de Informações Culturais, perguntou qual a
629 possibilidade dos órgãos gestores de Cultura, Fundações ou Secretarias,
630 integrarem a RNP, por meio da CONEPS, nas redes comunitárias de ensino
631 e pesquisa. Ele suscitou que se aprofundasse o diálogo entre os estados,
632 em relação ao Sistema Nacional de Informações Culturais. O
633 Representante do Ministério da Ciência e Tecnologia, Sr. **Ildeu de Castro**
634 **Moreira**, colocou que os Ministérios estão discutindo a construção de uma
635 agenda comum para a aproximação da Cultura e da Ciência e Tecnologia.
636 Ele apreciou a importância das demandas levantadas na reunião e das
637 pesquisas apontadas para essa integração. O Representante do Instituto

638 Histórico e Geográfico Brasileiro, Sr. **Victorino Chermont de Miranda**,
639 ressaltou que os institutos históricos, o IHGB, em especial, mais alguns
640 institutos estaduais, detêm uma parcela significativa de acervos que não
641 ficam, em muitos casos, a dever os acervos de instituições públicas e que
642 são diuturnamente procurados pelos pesquisadores brasileiros e
643 estrangeiros. O Secretário-Executivo do Ministério da Ciência e
644 Tecnologia, Sr. **Luiz Antônio Rodrigo Elias**, encerrou a primeira parte
645 da reunião, colocando que a metodologia foi extremamente proveitosa ao
646 Ministério de Ciência e Tecnologia, pois permitiu ter uma intervenção
647 qualificada em pontos muito centrais que reforçam a estratégia que os
648 Ministérios estão adotando para uma política mais comum. Assim, o Sr.
649 **Luiz Elias** (MCT) contemplando sua participação disse que deve trabalhar
650 em redes nacionais, mas não restringir o acesso quando for apresentar
651 um projeto ao pesquisador A ou B, explicou que nesse país não tem um A
652 ou um B em todas as regiões, isso é uma questão que deve ser corrigida
653 de imediato e arguiu que já está sendo corrigida. Ele comentou,
654 brevemente, sobre todos os pontos levantados na sessão de debates e
655 agradeceu a todos pela paciência e pelo debate. O Sr. **Gustavo Vidigal**
656 (Coordenador Geral do CNPC) fez breves comentários sobre as propostas,
657 agradeceu a todos e convidou os conselheiros para o intervalo de almoço.
658 **Item 4 - Aprovação da Ata da 4ª Reunião Ordinária e Apresentação**
659 **da Ordem do dia.** Após o almoço, o Sr. **Gustavo Vidigal** (Coordenador
660 Geral do CNPC) iniciou pela ordem do dia. O primeiro ponto abordado foi
661 uma saudação aos novos conselheiros do CNPC. Informou que todos
662 receberam a página do DOU, a Portaria Nº 10 de 20 de Março de 2009
663 com a nomeação dos novos conselheiros e explicitou o Sr. **GOG**, que por
664 indicação do Ministro, passa a ser membro do rol de conselheiros. O Sr.
665 **GOG** (Genival Oliveira Gonçalves - Indicação do Ministro), agradeceu pela
666 satisfação de ter recebido o convite do excelentíssimo **Ministro Juca**
667 **Ferreira** e do secretário executivo **Alfredo Manevy** para compor a mesa
668 do Conselho, que ele acredita ser de grande importância para a política
669 cultural brasileira. O Sr. **Gog** relatou que hoje existem várias referências

670 vindas de estilo musical que também é um estilo de vida e ele informou
671 que, posteriormente, conversará sobre isso e apresentará propostas de
672 como ajudar e cooperar positivamente para que a cultura não seja algo
673 que exclua, e sim que integre e faça parte do dia-a-dia de todos e que não
674 seja privilégio de poucos. O Sr. **Gustavo Vidigal** (Coordenador Geral do
675 CNPC) agradeceu a participação do Sr. **Gog** e em seguida informou que
676 foram feitas duas propostas encaminhadas pelos conselheiros **Amilson**
677 **Teixeira de Godoy** e **Oséas Borba**, que já estão disponíveis no site do
678 Ministério e aproveitou para fazer algumas considerações de pauta. O Sr.
679 **Gustavo Vidigal** (Coordenador Geral do CNPC) cientificou que foi
680 disponibilizado para visitação pública a nova proposta da Lei Rouanet e
681 noticiou que aproveitaria o momento para marcar a primeira reunião do
682 grupo de trabalho da Lei Rouanet, contando como titulares os senhores
683 Roberto Nascimento, do Ministério; o Sr. Auto Filho, pelo Fórum de
684 Secretários; o Sr. Ignácio Kornowiski, pela Confedera o Nacional dos
685 Municípios; o Sr. Hamilson Godói, a Sra. Dulce e a Sra. Patrícia, pelos
686 Colegiados Setoriais; e o Sr. Michel Etlin pela sociedade civil. Relatou que
687 a idéia seria acompanhar o trâmite da Lei dentro do Ministério, os
688 resultados da consulta pública no Governo Federal, a Casa Civil e o MinC
689 estão fazendo conjuntamente. Ele confirmou que muito em breve estarão
690 convocando o grupo de trabalho para uma reunião para que dessa forma
691 possam acompanhar o trâmite da Lei Rouanet. O Sr. **Gustavo Vidigal**
692 (Coordenador Geral do CNPC) salientou que será necessário a forma o
693 de um grupo de trabalho, denominado Grupo de Trabalho das Rela es
694 Internacionais, o qual já havia sido decidido, na reunião anterior, pelos
695 pr rios conselheiros. O Sr. **Bruno Monteiro** (Artes Visuais), fez uma
696 breve introdu o sobre os assuntos prioritários que eles poderiam
697 trabalhar no grupo de trabalho. Relatou que na última reunião eles
698 tiveram uma desse trânsito, porque   difícil pensar na cultura como um
699 passaporte. Colocou que a economia e a política exigem o passaporte,
700 mas a Cultura só tem sofrido com o surgimento desse passaporte,
701 sobretudo na década de 50. Ele considerou que existem necessidades

702 evidentes, que independe de segmento ou da cidadania, e que, com esse
703 expediente da possibilidade de aprofundar, levando em conta os rigores
704 de cada área específica, há uma possibilidade de transformação modesta,
705 como em todo começo. O Sr. **Gustavo Vidigal** (Coordenador Geral do
706 CNPC) solicitou que os conselheiros que tivessem vontade de fazer parte
707 do grupo de trabalho levantassem a mão e se pronunciassem. Foi
708 constituído o grupo de trabalho de Relações Internacionais formado por
709 cinco titulares: Alice Viveiros (Circo), Bruno Monteiro (Artes Visuais),
710 Solange Lima (Audiovisual), Alfredo Manevy (Secretaria Executiva –
711 MinC), Paulo Ormindó (Patrimônio Imaterial). E cinco suplentes: Álvaro
712 Santi (Música Erudita), Antônio Carlos (Museus), Michel Etlin (ANEC),
713 Dulce Lamego (Dança), Roberto Nascimento (MinC). **Item 5 – Balanço**
714 **dos Seminários do Plano Nacional de Cultura.** O Sr. **Gustavo Vidigal**
715 (Coordenador Geral do CNPC) passou a palavra ao Sr. **Maurício Dantas**
716 (Gerente de Políticas Culturais) para prestar contas do processo
717 participativo que foi feito no ano de 2008 em parceria com os secretários
718 estaduais e municipais e apontar as perspectivas na questão do plano ao
719 longo de 2009. O Sr. **Maurício Dantas** (Gerente de Políticas Culturais)
720 cumprimentou a todos os conselheiros e informou que iria naquele
721 momento prestar contas ao Conselho Nacional e apresentaria um balanço
722 dos 27 seminários estaduais que o Ministério da Cultura realizou
723 debatendo as diretrizes do Plano Nacional de Cultura. Ele informou que a
724 apresentação foi dividida por períodos, de 2003 a 2005, de 2004 a 2007 e
725 de 2008 a 2010, que são os períodos de recolhimento da distribuição e de
726 elaboração do Caderno de Diretrizes. Narrou que em 2003 as atividades
727 que foram realizadas pelo Ministério da Cultura e que geraram subsídios
728 para a construção do Caderno de Diretrizes e do Plano Nacional foram: o
729 Seminário Cultura Para Todos, em 2004 a Agenda 21 da Cultura nos
730 municípios, em 2005 as câmaras setoriais, a emenda constitucional do
731 plano que prevê a constituição e elaboração do Plano Nacional, o Decreto
732 5.520 que instala o Conselho Nacional de Políticas Culturais e o Sistema
733 Federal de Cultura, a Conferência Nacional de Cultura, a 1ª Conferência

734 Nacional de Cultura e a Convenção da Diversidade da UNESCO. Expôs que
735 em 2006 foi realizada a apresentação do projeto de lei do plano na
736 Câmara dos Deputados, a responsabilidade de aprovação pela PEC do
737 Plano Nacional de Cultura é do poder legislativo, então em 2006 três
738 deputados federais apresentaram o projeto de lei que atualmente tramita
739 na Comissão de Educação e Cultura. Relatou que a partir daí o Ministério
740 da Cultura e a Câmara dos Deputados do Congresso Nacional chegaram a
741 um entendimento de que o projeto de lei, que está depositado na
742 comissão, é um projeto insuficiente para a altura do Plano Nacional, é
743 insuficiente porque ele é um relatório da 1ª Conferência Nacional de
744 Cultura; mostrou então que o entendimento do Ministério da Cultura e da
745 Câmara dos Deputados é que um projeto de lei, para planejamento da
746 política pública de cultura em um prazo de dez anos, tem que passar por
747 uma reflexão de elaboração e debate público e foi esse o processo trilhado
748 até agora. Descreveu que em 2007 o IPEA realizou estudos sobre política
749 cultural e a economia da cultura, nesse mesmo ano, a Secretaria de
750 Políticas Culturais, área responsável pelo Ministério para elaboração do
751 plano, consultou todas as áreas do Ministério, foram realizadas audiências
752 públicas na Câmara dos Deputados e publicada a primeira versão do
753 Caderno de Diretrizes Gerais. Mencionou que foi publicada a primeira
754 versão e em 2007 com a instalação do Conselho Nacional de Política
755 Cultural, o Conselho constituiu a Comissão Temática do Plano Nacional de
756 Cultura. Noticiou que em 2008 foi feita a revisão do Caderno de Diretrizes,
757 a segunda edição do Caderno e a realização dos seminários. Existia uma
758 proposta da realização de cinco seminários nas macro-regiões do país,
759 porém o Fórum Nacional dos Dirigentes Estaduais e Secretários Estaduais
760 de Cultura demandaram do Ministério e da Câmara, e foi um
761 entendimento quase que geral que precisaria debater o Plano Nacional em
762 todos os estados. Então, ele informou que em 2009 e 2010 a expectativa
763 será a consolidação do texto final para relatoria e votação, aprovação no
764 Congresso e articulação para a implementação, acompanhamento e
765 avaliação do plano, e a elaboração de planos regionais e setoriais. Espera-

766 se que as diretrizes iniciem o processo de elaboração de planos estaduais
767 e municipais de cultura e de elaboração de processos, de planos setoriais
768 que são os planos das linguagens. Em seguida, ele apresentou a prestação
769 de contas onde foram realizados 27 seminários, com cinco grupos de
770 trabalho dedicados a cada um dos cinco eixos estratégicos do Caderno.
771 Ele disse que o Fórum Virtual foi disponibilizado no site com o
772 envolvimento do Ministério da Cultura, da Comissão de Educação da
773 Câmara, do Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes e Órgãos
774 Estaduais de Cultura. Complementou, colocando que foi marcante a
775 presença importante e substantiva de secretários estaduais e municipais
776 de cultura durante os seminários. Ele expôs que o resultado teve uma
777 participação de 4.240 pessoas dos grupos de trabalho, 2.750 participantes
778 nas oficinas sobre as políticas do sistema MinC, cinco relatórios de
779 contribuições em cada uma das vinte e sete unidades da federação e mais
780 de cem sugestões e comentários postados na internet. Registrou também
781 a participação de dezesseis deputados federais, duas senadoras, oito
782 deputados estaduais, um deputado distrital, três governadores, vinte e
783 quatro dirigentes de secretarias ou órgãos estaduais de Cultura e a
784 participação de dirigentes de órgãos de cultura das cinco capitais, esse é o
785 número de participantes por seminário. Participantes por grupo de
786 trabalho tiveram 840 no fortalecimento da ação do estado, 1.065 na
787 valorização da diversidade, 740 na universalização do acesso, 900 na
788 ampliação e desenvolvimento sócio-econômico sustentável, 695 no
789 sistema de participação ao total chegamos a um número total de
790 participantes do grupo. Descreveu que as oficinas oferecidas pelo sistema
791 MinC junto com os seminários do plano tiveram uma grande demanda de
792 participação, 824 participantes e ela foi oferecida em 22 seminários, o
793 programa Cultura Viva, 742 participantes no total e foi oferecido em 18, e
794 assim por diante. O Sr. **Maurício Dantas** (Gerente de Políticas Culturais)
795 finalizando sua explanação, relatou que já iniciou um processo de
796 elaboração de planos setoriais, junto aos colegiados setoriais que são os
797 colegiados setoriais existentes. Por último, ele mencionou que a outra

798 expectativa será o estudo para alinhamento com ações de planos de
799 outros países, onde se pretende na realidade criar uma interlocução com
800 os outros países que já tem o plano e que pensam em uma formulação da
801 política pública de cultura. Ele agradeceu a atenção de todos e informou
802 que o material da prestação de contas que ele apresentou foi
803 disponibilizado no site para todos analisarem e prontificou-se a esclarecer
804 dúvidas, perguntas, críticas ou questionamentos. O Sr. **Gustavo Vidigal**
805 (Coordenador Geral do CNPC) abriu as inscrições para perguntas e a Sra.
806 **Alice Viveiros de Castro**, representante do Circo, aproveitou para
807 informar que o blog da Comissão de Educação e Cultura realiza
808 periodicamente uma enquete, tendo como base a última enquete,
809 perguntaram quais foram os cinco temas mais importantes que passaram
810 pela Comissão de Educação e Cultura. Ela relata que entre os mais
811 importantes temas as pessoas que votaram, elegeram as questões das
812 Entidades Filantrópicas, meia entrada para estudante, animais no Circo,
813 Salário do Magistério e o Sistema Nacional de Cultura. Concluiu alegando
814 a importância de que todos votassem, que assim poderiam fortalecer
815 ainda mais esse movimento. O Sr. **Maurício Dantas** (Gerente de Políticas
816 Culturais), a respeito da fala da Sra. **Alice Viveiros de Castro** comentou
817 que é fundamental que o setor cultural se mobilize no sentido de
818 acompanhar tanto a tramitação quanto incentivar esse fortalecimento da
819 pauta da Cultura na Comissão. O Sr. **Gustavo Vidigal** (Coordenador
820 Geral do CNPC) sugeriu que nas próximas reuniões dos colegiados fossem
821 convidados formalmente a Presidenta da Comissão e os representantes de
822 cada segmento para uma conversa na Câmara. O Sr. **Álvaro Santi**
823 (Música Erudita) propôs que a reunião da comissão temática fosse
824 conciliada com a audiência pública, para facilitar, pois nem todos os
825 conselheiros têm como conciliar as agendas para virem à Brasília. O Sr.
826 **Gustavo Vidigal** (Coordenador Geral do CNPC) informou que verificaria
827 essa possibilidade e começou a analisar as recomendações de números 01
828 e 02, presente impresso na pasta dos conselheiros. Enquanto estes vão
829 ter alguns minutos para ler as recomendações, inicia-se uma pausa para o

830 Coffee Break. O Sr. **Gustavo Vidigal** (Coordenador Geral do CNPC)
831 retomou as atividades e questionou se os conselheiros seriam favoráveis
832 ao parecer emitido pela Comissão. O Sr. **César Piva** (Inclusão Social por
833 Intermédio da Cultura) colocou que são dois termos de parcerias
834 diferentes, na qual o número um tratava de um edital de games que já
835 haveria sido reeditado e o número dois seria um novo edital tratando-se
836 de laboratórios audiovisuais. Colocou que foram verificados, que são
837 projetos consistentes e que tem uma série de recomendações inclusive da
838 Comissão sobre a questão da diversidade cultural. A Sra. **Solange Lima**
839 informou que na verdade são quatro projetos que deverão ser
840 contemplados. Ela explicou que foi colocada uma premissa onde cada
841 região que recebesse o projeto teria representantes que viriam para se
842 aprimorar nas universidades e voltariam às suas regiões como
843 multiplicadores, em razão da verba ser pequena para dividir entre as
844 regiões. A Sra. **Alice Viveiros de Castro**, arguiu que o assunto não era
845 de sua alçada, mas que tinha curiosidades em relação aos projetos da
846 Funarte. Explicou que não tinha nenhum motivo para achar que a Funarte
847 não estaria trabalhando bem, mas que achou a metodologia um pouco
848 estranha. O Sr. **César Piva** (Inclusão Social por Intermédio da Cultura)
849 respondeu informando que esta seria a metodologia definida pelo próprio
850 Conselho. A Sra. **Dulce Lamego** (Dança) solicitou a palavra e sugeriu que
851 fosse distribuída a pauta da reunião para todos os conselheiros, para que
852 estes tomassem conhecimento e considera que a participação de todos
853 dando sugestões seria de grande valia. O Sr. **Gustavo Vidigal**
854 (Coordenador Geral do CNPC) informou que não achava q seria o caso de
855 enviar tudo por ser muito extenso, mas que solicitaria à área responsável
856 do Ministério para que fizesse um resumo e que enviariam a todos os
857 conselheiros, e informou também que a pauta seria enviada aos suplentes
858 e aos titulares, e que os conselheiros que estiverem interessados em
859 obter este documento que entrassem em contato com os seus
860 representantes. O Sr. **Paulo Knauss** (Arquivos) sugeriu, então, que o
861 resumo não seja enviado separado e sim incorporado ao relatório, pois ele

862 considerou que, caso contrário, a recomendação ficaria muito vaga. O Sr.
863 **Gustavo Vidigal** (Coordenador Geral do CNPC) acatou a sugestão do Sr.
864 Paulo. O Sr. **Michel Etlin** da Associação Nacional de Entidades Culturais
865 Não Lucrativas – ANEC, sugeriu que também fossem enviados aos
866 conselheiros mais informações sobre a composição da diretoria e também
867 sobre quem são as pessoas do Conselho da SofTechs. O Sr. **Oswaldo**
868 **Viegas** do Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais, colocou
869 que considerava que o que estaria sendo discutido na reunião traria
870 tranquilidade e colocou que também considerava importante, no caso do
871 audiovisual, que fosse ouvido o conselho consultivo específico. O Professor
872 **Tibagi** solicitou a palavra e reforçou a idéia do Sr. **Paulo Knauss**
873 (Arquivos), disse que é importante um resumo, porém não muito
874 resumido, para dar ao plenário mais tranquilidade para julgar. O Sr.
875 **Gustavo Vidigal** (Coordenador Geral do CNPC) contemplou que a pauta
876 será enviada para os titulares e para os suplentes com 15 dias de
877 antecedência. O Sr. **Paulo Knauss** (Arquivos) acrescentou que a
878 comissão recomendou a digitalização do material e sua disponibilização na
879 Internet, através do domínio público, o site do Ministério da Educação e
880 Cultura que disponibiliza um volume enorme de conteúdos de domínio
881 público e, em seu ponto de vista, isso poderia ser facilmente viabilizado.
882 Ele relatou que deve ser feito um órgão de impressão, que ele sabe que
883 não é o ideal, mas que favoreceria uma circulação ampla e permanente de
884 partituras. Ele informou que já existe um espaço institucional valiosíssimo
885 no Brasil, que poucos países têm com essa dimensão hoje, onde existem
886 obras literárias inteiras disponíveis na Internet, obras de referência
887 importantíssimas, é um site em nome do Ministério da Educação. Ele
888 considerou que isso poderia ser facilmente viabilizada a sua digitalização
889 para a disponibilização do domínio público pelo Ministério da Educação e
890 Cultura. Ele disse que a comissão já recomendou nesse sentido e que ele
891 achava que valeria a pena. O Sr. **Sérgio Mamberti**, concordou com o Sr.
892 Paulo Knauss e relatou que a Funarte também está em um processo de
893 digitalização de todo o acervo e que eles se encontram em processo de

894 criação de um grande portal justamente para disponibilizar às pessoas. Ele
895 acrescentou que, a partir do mês de abril já serão oferecidas e
896 disponibilizadas, embora eles ainda não tenham esse portal, mas que já
897 há um trabalho de digitalização que eles querem disponibilizar nesse
898 sentido, e ele afirmou concordar totalmente com a visão do Sr. Paulo
899 Knauss. O Sr. **Gustavo Vidigal** (Coordenador Geral do CNPC) retomou a
900 palavra e voltou aos planos de trabalho. Na sequência, passou para a
901 votação do plenário o relatório do plano número um, sendo este aprovado
902 com quatro abstenções. Passando ao item número dois, sendo aprovado
903 com cinco abstenções. O Sr. **Michel Etlin** solicitou a mudança de seu voto
904 nos itens 1 e 2, sendo contra a aprovação, ao que o Sr. **Gustavo Vidigal**
905 (Coordenador Geral do CNPC) concordou e anotou o voto contra do
906 conselheiro. Posteriormente, o Sr. **Gustavo Vidigal** (Coordenador Geral
907 do CNPC) passou para o item número três, solicitou a Sra. **Dulce Lamego**
908 (Dança) que apresentasse o referido plano. A Sra. **Dulce Lamego**
909 (Dança) explicou que a recomendação seria uma ação de inclusão da
910 Funarte no Programa Mais Cultura, com uma proposta de distribuir no
911 semi-árido brasileiro, uma das regiões mais pobre deste país, atividades
912 culturais e artísticas de apoio de um salário mínimo a trinta salários
913 mínimos; continuou explicando que o parceiro, para possibilitar essa
914 atividade, seria o Instituto Nordeste de Cidadania - INEC, que é um
915 Instituto ligado ao Banco Nacional do Nordeste; disse ainda que se tratava
916 de uma Oscip, a qual havia sido criada por funcionários do próprio Banco
917 Nacional do Nordeste, tratando-se de um trabalho muito mais de inclusão
918 social do que apenas um trabalho de inclusão cultural. O Sr. **Francisco**
919 **Auto Filho** (Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais)
920 indagou que, em primeiro lugar, deveria se separar OS de OSCIP, que são
921 duas entidades diferentes, regidas por leis diferentes; esclareceu estar
922 explicitado na lei que cria as OSCIP's, que todo projeto deverá ser
923 aprovado pelo conselho político da área; acrescentou que o que for,
924 portanto, aprovado neste conselho, há que assumir a responsabilidade
925 perante o Tribunal de Contas da União; contemplou que segundo sua

926 percepção, o referido termo de recomendação passaria toda a
927 responsabilidade para cuidar dos micro-projetos, no Nordeste inteiro, a
928 esta entidade; protestou contra, em nome do Fórum de Dirigentes dos
929 Estados da Cultura, onde eles não admitem que os estados federados
930 sejam excluídos da execução dessa política para passar para uma
931 sociedade privada; colocou que o Ministério tinha tido uma política muito
932 correta quando estadualizou os editais e os pontos de cultura. Disse ainda
933 que o Banco do Nordeste não é da estrutura da administração direta e que
934 o Tribunal de Contas já havia baixado decisão dizendo que funcionário
935 público não poderia participar de OSCIP; colocou, por fim, que era
936 contrário em termos de juízo de valor e que mereceria um exame mais
937 cuidadoso, primeiro do próprio Ministério e mais cuidadosa deste conselho
938 por causa de suas responsabilidades legais. A Sra. **Dulce Lamego**
939 (Dança), na oportunidade, esclareceu que os projetos seriam
940 selecionados, por meio de edital público, desenvolvidos na totalidade dos
941 estados compreendidos na região do semi-árido. O programa
942 contemplaria ainda a capacitação das secretarias estaduais e dos
943 conselhos estaduais de cultura, profissionais das diversas áreas
944 desenvolvidas na ação e dos conselhos municipais de cultura e conselhos
945 de direito da criança e do adolescente; salientou que ao coordenar o
946 programa microprojetos culturais, que compreenderia uma imensa rede
947 de instituições e atividades descentralizadas, a Funarte deveria ter, como
948 parceiro principal, e não único, o Instituto Nordeste e Cidadania - INC, ao
949 estabelecer essa parceria, com orientação e acompanhamento do
950 Ministério da cultura, a Funarte estaria coordenando e delegando a essa
951 instituição a tarefa de gerenciar, administrar e operacionalizar o projeto,
952 uma vez que não possui capilaridade e mecanismos suficientes para fazer
953 nas localidades a serem beneficiadas. O Sr. **Auto Filho** (Fórum Nacional
954 de Secretários e Dirigentes Estaduais) questionou quais seriam as
955 obrigações da OSCIP? Ainda no mesmo tema, a Sra. **Dulce Lamego**
956 (Dança) respondeu que a OSCIP tem como obrigações: gerenciar,
957 administrar e operacionalizar o projeto. Lembrou que haverá a criação de

958 dois centros de unidades técnicas de coordenação, com representantes da
959 FUNARTE, em Fortaleza e Pernambuco. O Sr. **Gustavo Vidigal** passou a
960 palavra a Sra. **Silvana Meirelles** (MinC) que esclareceu que o programa
961 Mais Cultura é um dos eixos da agenda social e, portanto, tem a
962 territorialização dos melhores IDH's, dos municípios com os mais altos
963 índices de violência e um recorte para o território semi-árido, revitalização
964 do São Francisco e BR 163. Exemplificou que várias das ações têm etapas
965 de implementação e o microprojeto cultural havia indicado, dentro da
966 territorialização, para que a sua primeira etapa seja no semi-árido
967 nordestino. Relatou que a inclusão do Nordeste, estendido na ação do
968 microprojeto, havia sido fruto de uma discussão no âmbito do Fórum
969 Estadual de Dirigentes da Cultura, do qual fazem parte os secretários Auto
970 Filho, Oswaldo Viegas e Daniel Sant'Ana; informou que a escolha do
971 Banco do Nordeste do Brasil como parceiro havia se dado porque junto
972 com a OSCIP tem uma experiência não só na região, mas de política de
973 desenvolvimento de políticas de cultura. Relatou ainda que, desde 2003, o
974 Banco do Nordeste do Brasil vem desenvolvendo uma política com edital
975 público no campo da cultura, tendo já uma *expertise* não só como agente
976 financeiro, que lhe é natural em sua missão principal, mas também na
977 área da cultura com o mapeamento e ações de formação nessa região do
978 Nordeste brasileiro. Informou que os papéis assumidos pelo Banco do
979 Nordeste são prioritariamente três: 1) funcionar como agente financeiro;
980 2) capacitar, junto com o Ministério da Cultura e a Secretaria de Cultura
981 do Estado, os prováveis concorrentes; e 3) fazer o acompanhamento da
982 execução do projeto. Referiu que cada edital seria construído pela SAI -
983 Secretaria de Articulação Institucional -, e pela Funarte juntamente com o
984 secretário de cultura de cada um dos estados. Citou outro elemento que
985 considera importantíssimo, que é a avaliação de impacto, contanto com
986 outro parceiro, a Fundação Joaquim Nabuco, que é um órgão federal
987 ligado ao Ministério da Educação e que em 2010 vai fazer uma avaliação
988 de impacto não só de microprojetos, mas de outras ações do programa
989 Mais Cultura que estejam acontecendo nesses municípios. Ela ressaltou

990 que a idéia é que o programa Mais Cultura comece, desde já, a trabalhar
991 numa articulação de descentralização de decisões, ou seja, de
992 funcionamento do sistema nacional de cultura. Explicou que por isso estão
993 incluindo os municípios na primeira etapa de microprojetos, os conselhos
994 municipais de cultura e os conselhos da infância e da adolescência. O Sr.
995 **Francisco Auto Filho** (Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes
996 Estaduais) retomou a palavra enfatizando estar de pleno acordo, mas
997 indagou haver uma OSCIP que não seria do Banco do Nordeste e
998 explicitou sua preocupação do ponto de vista legal. Por sua vez, a Sra.
999 **Silvana Meirelles** (MinC) explanou que, nos estudos administrativos e
1000 jurídicos que foram feitos dentro do Ministério da Cultura e do próprio
1001 banco, haveriam concluído que o caminho que dava para montar essa
1002 arquitetura era através dessa OSCIP já existente há dez anos, qualificada
1003 como OSCIP desde 2003. Deixou claro que no capítulo 2 do termo de
1004 parceria, § 1º do artigo 10, a assinatura do termo de parceria seria
1005 precedida de consulta aos conselhos de políticas públicas das áreas
1006 correspondentes de atuação existentes nos respectivos níveis de governo;
1007 comentou que a aludida OSCIP não seria só constituída por funcionários
1008 do BNB, ela seria constituída também por ex-funcionários do BNB,
1009 movimentando anualmente 300 milhões de reais e ela já faria parcerias
1010 com o próprio banco, com o MDA, com o MDS, com várias prefeituras
1011 municipais e com alguns municípios, e isso está no site. Subseqüente a
1012 Sra. **Silvana Meirelles** (MinC) pediu desculpas informando que ocorreu
1013 uma incompatibilidade de leituras, portanto ela faria a leitura do termo de
1014 parceria e do próprio programa, e, posteriormente, distribuiria aos
1015 conselheiros presentes. Referido termo: "Finalidade institucional da
1016 OSCIP, promoção do desenvolvimento sócio ambiental, educativo e
1017 cultural de comunidades carentes proporcionando qualificação e
1018 desenvolvimento de suas capacidades empreendedoras por meio de
1019 acesso às técnicas de gerência e organização de micros e pequenos
1020 empreendimentos econômicos e financeiros". O Sr. **Gustavo Vidigal**
1021 (Coordenador Geral do CNPC) por questão de ordem, passou a palavra

1022 para os conselheiros inscritos. O Sr. **Aldenir Paraguassu** (Ministério do
1023 Meio Ambiente) parabenizou a explanação da Sra. **Silvana Meirelles** e
1024 questionou, em seguida, se já haveria algum calendário para que
1025 pudessem disseminar o projeto nas demais regiões prioritárias. O Sr.
1026 **César Piva** (Inclusão Social por Intermédio da Cultura) colocou que
1027 gostaria que a coordenação do Conselho levasse a cabo uma discussão
1028 que a própria Comissão já haveria levantado na recomendação número
1029 um sobre o termo de parceria, que esse conselho se detivesse, em algum
1030 momento, para discutir o que é OSCIP; e solicitou que a coordenação
1031 rapidamente trouxesse o debate para o Conselho Nacional de Políticas
1032 Culturais. Na sequência, o Sr. **Sérgio Mamberti** (Funarte/MinC) falou da
1033 importância da preocupação existente pela transparência e pela
1034 objetividade com relação à execução dos projetos da Funarte; justificou
1035 que no ano passado não foi possível executar o projeto Carequinha devido
1036 à falta de recursos, mas que esse seria o primeiro edital do corrente ano;
1037 ponderou que o instrumento existente, o Conselho Nacional de Política
1038 Cultural, é um espaço que foi conquistado duramente, um espaço
1039 democrático; afirmou que todas as vezes que ele participou do Conselho
1040 se sentiu muito estimulado por haver uma preocupação em discutir as
1041 políticas que estão sendo desenvolvidas. Ele congratulou afirmando ser
1042 aquele um grupo muito representativo da sociedade e da cultura
1043 brasileira. O Sr. **Gustavo Vidigal** (Coordenador Geral do CNPC) passou
1044 para o regime de votação da recomendação número três, que, colocado
1045 para o plenário, foi aprovado pela maioria, com dois votos contra e cinco
1046 abstenções. Seguindo, para o quarto termo de recomendação, passou a
1047 palavra para a Sra. **Solange Lima** (Audiovisual) que efetuou a leitura do
1048 termo, qual seja: *Termo de Recomendação 4, Comissão Temática*
1049 *Assuntos Jurídicos. A Comissão Temática Assuntos Jurídicos, instituída no*
1050 *âmbito do Conselho Nacional de Política Cultural – CNPC, reunida*
1051 *ordinariamente nesta data e instada a manifestar-se sobre os seguintes*
1052 *termos de parceria: "Projeto Circuito Funarte de Capacitação em Artes*
1053 *Cênicas", "Projeto Funarte no Teatro", "Projeto Prêmio Funarte Carequinha*

1054 *de Estímulo ao Circo” e “Projeto Funarte na Dança”, que serão realizados*
1055 *entre a Fundação Nacional de Artes – FUNARTE e a Organização da*
1056 *Sociedade Civil de Interesse Público Fundação Athos Bulcão, com*
1057 *fundamento no art. 10 da Lei 9.790/99, e: considerando que os referidos*
1058 *termos de parceria têm como objetivos gerais a capacitação de artistas,*
1059 *técnicos e produtores nas áreas de teatro, dança, circo e técnicas cênicas*
1060 *e a instituição do Programa Prêmio Funarte Carequinha de Estímulo ao*
1061 *Circo/2009; considerando os Planos de Trabalho, que integram os*
1062 *programas; considerando que este termo de recomendação será*
1063 *submetido ao Plenário do CNPC, na próxima reunião ordinária, a ser*
1064 *realizada nos dias 24 e 25 de março de 2009. 1. recomenda os seguintes*
1065 *termos de parceria: “Projeto Circuito Funarte de Capacitação em Artes*
1066 *Cênicas”, “Projeto Funarte no Teatro”, “Projeto Prêmio Funarte Carequinha*
1067 *de Estímulo ao Circo” e “Projeto Funarte na Dança”, que serão realizados*
1068 *entre a Fundação Nacional de Artes – FUNARTE e a Organização da*
1069 *Sociedade Civil de Interesse Público Fundação Athos Bulcão, e destaca a*
1070 *relevância dos objetos e das linhas de ação dos Planos de Trabalho*
1071 *apresentados; 2. quanto ao “Projeto Circuito Funarte de Capacitação em*
1072 *Artes Cênicas” sugere que sejam retiradas as oficinas de Sistema Laban,*
1073 *de Estética e de Metodologia para o Ensino da Dança. Sugere, ainda, que*
1074 *a escolha dos professores que ministrarão as oficinas seja por indicação*
1075 *dos Escritórios Regionais da FUNARTE, em consonância com os*
1076 *Coordenadores de cada área; 3. Recomenda que a Coordenação-Geral do*
1077 *CNPC remeta, imediatamente, o conteúdo deste termo aos órgãos*
1078 *competentes do Ministério da Cultura, a saber: Fundação Nacional de*
1079 *Artes – FUNARTE, Secretaria Executiva e Gabinete do Ministro de Estado*
1080 *da Cultura. Após as colocações do plenário, o Sr. **Gustavo Vidigal***
1081 *(Coordenador Geral do CNPC) submeteu o termo de recomendação*
1082 *número quatro para votação, que foi aprovado sem votos contrários,*
1083 *obtendo duas abstenções. O Sr. **Sérgio Mamberti** (Funarte/MinC)*
1084 *convidou todos os conselheiros a comparecerem no Fest Clown, um*
1085 *evento tradicional de Brasília, onde o circo se manifesta plenamente e a*

1086 Funarte em uma parceria com o SESC estaria realizando esse projeto no
1087 teatro Plínio Marcos. Seguindo, o Sr. **Gustavo Vidigal** (Coordenador
1088 Geral do CNPC) passou a palavra ao coordenador do Observatório dos
1089 Editais da Secretaria de Políticas Culturais. **Item 6 – Política de Editais.**
1090 O Sr. **Fábio Kobol**, gestor de políticas culturais, iniciou sua fala se
1091 referindo à política de editais, apresentando um relatório, que foi feito no
1092 observatório. Ele relatou que no ano passado, em 2008, o Observatório foi
1093 criado, quando o Ministro ainda era o Gilberto Gil, foi lançado no Edifício
1094 Capanema, no Rio de Janeiro, época em que o Ministro Gil se encontrava
1095 nos últimos meses de sua gestão. Ele colocou que naquele momento o
1096 Ministro já afirmara que ia ter a política de edital como a marca de sua
1097 gestão. Segundo ele, a insistência na prática da seleção pública, ou seja,
1098 na superação daquela velha dicotomia do balcão ou da “desincumbência”
1099 da política pública, do fomento à Cultura que marcou a história da
1100 inexistência da política pública até o final do século passado, basicamente.
1101 Em seu ponto de vista a política de edital, a ferramenta da seleção pública
1102 estaria cada vez mais entranhada como algo que é necessário, que é mais
1103 democrático, quase que consensual, mas as pessoas têm que refletir que
1104 isso é bastante novo em termos de política cultural, é bastante recente
1105 essa assunção do edital como a ferramenta mais apropriada. Apontou que
1106 o Observatório atua no campo da gestão da informação divulgada em uma
1107 página no site do MinC; e sugere que todos os conselheiros consultem as
1108 estatísticas, os dados dos editais em andamento e os resultados dos
1109 editais que já ocorreram. Relatou que a regulação e a elaboração de
1110 normas seriam para melhorar a eficácia legal e gerencial dos processos de
1111 seleção pública desde os que fazem uso dos incentivos fiscais ou aqueles
1112 que fazem cursos orçamentários. Colocou que o site do Observatório dos
1113 editais é a terceira página mais acessada dentro do site do MinC, elucidou
1114 que seria praticamente a segunda página, porque as outras duas páginas
1115 fariam parte do Pronac, da Lei Rouanet, que é de apoio a projetos e
1116 consulta a projetos. Explicou que para os que trabalham em empresas ou
1117 em governos de estado, em prefeituras, que trabalham com fomento e

1118 patrocínio que quisessem divulgar os seus editais, podem fazê-lo por meio
1119 de um formulário, disponível na página do observatório, podendo ser
1120 preenchido por qualquer gestor de edital e ser mandado para ser
1121 difundido na página do Ministério da Cultura. Ele explicou, ainda, que
1122 pretende reunir as instituições que realizam as práticas para trocar
1123 experiências e compartilhar as boas práticas. Ele pretende estimular o uso
1124 de editais em empresas, entidades e órgãos públicos, mostrando que dá
1125 para ser feito, qualquer que seja o recurso, qualquer que seja o foco.
1126 Relatou ainda que não precisaria ser um governo de estado, nem um
1127 ministério, para fazer uma seleção pública. Explicou que é um método,
1128 uma ferramenta que se adequa ao tamanho e ao objetivo de cada política,
1129 de cada ação de fomento. Apresentou, na sequência, o balanço de 2008,
1130 os editais de premiações do Ministério da Cultura; esclareceu que apenas
1131 não estavam computadas as seleções de ocupação de espaço porque não
1132 envolveram fomento direto ou escolha de profissionais para encomendas
1133 de obras. Ele apresentou um panorama da seleção de empresas e
1134 secretarias estaduais de Cultura, apresentou, ainda, a evolução dos gastos
1135 do Ministério da Cultura e suas vinculadas de 2002 a 2008. Relatou que
1136 em 2002 eram cerca de 15 milhões gastos em editais, basicamente na
1137 área de audiovisual e chegaram em 2008 com 161 milhões; em sua visão
1138 é uma melhora muito grande na qualidade do processo do gasto, do
1139 fomento em Cultura; disse, ainda, que é um valor treze vezes maior, um
1140 crescimento médio de 53% ao ano, que impactou na qualidade desse
1141 fluxo de fomento dos projetos culturais. No total, em 2008, foram dezoito
1142 editais diretos do Ministério da Cultura, vinte e sete editais das instituições
1143 vinculadas e dezoito em parceria com os estados no programa Mais
1144 Cultura nesse convênio com os estados que totalizou sessenta e três
1145 editais em 2008, uma média de mais de cinco por mês, com mais de onze
1146 mil inscritos e com mais de duas mil e quinhentas iniciativas culturais
1147 apoiadas. Abordou algumas novas práticas que foram adotadas em 2008,
1148 novas ações, parcerias com o Ministério da Saúde, o prêmio Cultura e
1149 Saúde em edital de Pontos de Cultura do Grupo Hospitalar Conceição.

1150 Houve também uma parceria com o Ministério da Educação, com o Proext,
1151 o edital pró-cultura Capes e Minc, com iniciativa de estudos e pesquisas
1152 de políticas culturais. Em seguida, ele citou parcerias em outros editais
1153 que foram lançados em 2009, o concurso de Pontos de Leitura juntamente
1154 a coordenação do Livro e Leitura e a Biblioteca Nacional; O Prêmio de
1155 Interações, Estéticas e Evidências Artísticas; Uma parceria da SPBC que é
1156 a Secretaria que gere Cultura Viva, os Pontos de Cultura e a Funarte; E o
1157 prêmio de artes plásticas Marco Antônio Vilaça envolvendo Funarte,
1158 IPHAN, Memória e Arte. Após apresentar os dados e o panorama de 2008,
1159 ele citou, como exemplo, as empresas que começaram a trabalhar com a
1160 evolução dos seus gastos de patrocínio com editais e em 2008 tiveram R\$
1161 135 milhões investidos por meio de seleção pública. O Sr. **Michel Etlin**
1162 (Associação Nacional de Entidades Culturais Não Lucrativas) perguntou
1163 qual foi o total da lei Rouanet em 2008, e o Sr. **Fábio Kobol** o informou
1164 que o total foi de um bilhão de renúncias fiscais. O Sr. **Paulo Ormino**
1165 **de Azevedo** (Patrimônio Imaterial) colocou que achava que o edital
1166 avançou em muitas coisas, mas que no fundo ele é muito limitante, ele é
1167 limitante na medida em que facilita a seleção, mas ele é feito como um
1168 teste de múltipla escolha, o que premia uma certa mediocridade. Ele
1169 considerou que há dirigismo na medida em que o Estado, a empresa
1170 estatal ou a empresa privada que formula a demanda, e a sociedade tem
1171 que se adequar a ela. Ressaltou que, se o CNPC ou se a CAPES,
1172 resolvesse transformar todo o apoio à pesquisa por meio de editais,
1173 haveria uma grande limitação à inovação. Lembrou que o edital é uma das
1174 formas, mas não pode ser visto como a única forma, exclusiva de seleção
1175 e de apoio à cultura. O Sr. **Genival de Oliveira** manifestou que estava de
1176 acordo com o que a Sra. **Patrícia Canetti** (Artes Digitais) e a Sra. **Dulce**
1177 **Lamego** (Dança) colocaram sobre a dificuldade de o edital focar no que é
1178 novo, porque teria muito a ver com a defesa e com o documento que deve
1179 ser entregue como recomendação ao Ministério da Cultura, e o Ministério
1180 de Ciência e Tecnologia sobre a pesquisa pura em arte. A pesquisa de
1181 longo prazo, não é edital; ele concordou também com o **Professor**

1182 **Alberto Ferreira da Rocha Júnior** (ANDIFES), pois também acredita
1183 que seja preciso que haja essa reflexão, que sempre haverá paradigmas,
1184 e que os paradigmas precisam ser revistos. Após algumas observações
1185 feitas pelos conselheiros, o Sr. **Fábio Kobol** fez algumas pontuações, e
1186 informou que os créditos do Observatório devem ser dados ao antigo
1187 secretário de políticas culturais Sr. **Alfredo Manevy**; disse que também
1188 concordou com a colocação dos conselheiros de que a questão dos
1189 convênios e da prestação de contas era um problema terrível,
1190 principalmente nos pontos de cultura, mas alegou que é uma legislação de
1191 convênio que é para todos os governos e para todas as ações de todos os
1192 ministérios; Colocou também que ele não concordou com a questão do
1193 dirigismo, disse que a Lei Rouanet não foi pensada para usar edital, ela foi
1194 pensada por uma decisão unilateral de quem patrocina, para o bem ou
1195 para mal. Após o Sr. **Fábio Kobol** ter feito alguns comentários sobre as
1196 falas de alguns conselheiros, ele agradeceu pela atenção de todos. O Sr.
1197 **Gustavo Vidigal** (Coordenador Geral do CNPC) agradeceu a presença de
1198 todos e encerrou as atividades do 1º dia da reunião. **Pauta do dia 25 de**
1199 **março de 2009: 7) II Conferência Nacional de Cultura; 8) Apresentação**
1200 **da proposta de realização dos seminários nacionais; 9)**
1201 **Encaminhamentos, Informes e Breves Comunicações. Item 7 - II**
1202 **Conferência Nacional de Cultura.** A Secretária de Articulação
1203 Institucional, Sra. **Silvana Meireles**, fez um resumo da I Conferência
1204 Nacional de Cultura, realizada em dezembro de 2005; Ele relatou que a
1205 participação na primeira conferência nacional esteve condicionada à
1206 assinatura dos protocolos de intenções pelos estados e municípios
1207 brasileiros, na ocasião, 23 estados assinaram o protocolo e quase 2000
1208 municípios também o fizeram e foram realizadas várias conferências
1209 municipais, intermunicipais e em todos os estados do território nacional;
1210 Foi discutido o Sistema Nacional de Cultura, em processo de construção.
1211 Ela expôs as condições de protocolo de intenções: a criação do órgão
1212 gestor, de conselhos de Cultura, a contribuição de fundos de Cultura e a
1213 elaboração de planos de Cultura. Relatou que o tema foi "Estados e

1214 Sociedades Construindo Políticas Públicas”, com cinco eixos: “comunicação
1215 é cultura”, “economia da cultura”, “gestão pública da cultura”, “cultura e
1216 cidadania” e “democracia e patrimônio cultural”. Ela deu um panorama
1217 geral da II Conferência Nacional – a Política Nacional estabelecida pelo
1218 Ministério da Cultura, que vem trabalhando com as administrações de
1219 cidadania e econômica. Ela destacou o Plano Nacional de Cultura, como
1220 um instrumento que concretiza a política e que aguarda a aprovação do
1221 Congresso Nacional. A Conferência Virtual que vai ser colocada no site a
1222 disposição de qualquer cidadão brasileiro, as conferências livres que são
1223 de iniciativa da sociedade civil, tanto no quarto caso, quanto da
1224 Conferência Nacional com as conferências livres, não elegem delegados,
1225 eles qualificam e ampliam o debate, mas não elegem delegados só as três
1226 primeiras, e a plenária nacional. Ela mencionou que estaria proposto o
1227 tema “Cultura, Desenvolvimento, Diversidade e Cidadania”, que foram
1228 pontos relevantes nesta gestão. Nesse tema, foram propostos cinco eixos
1229 com três sub-eixos: o primeiro aborda a cultura e desenvolvimento
1230 sustentável, com a centralidade e a transculturalidade da cultura, a cultura
1231 e o desenvolvimento local e o patrimônio cultural e desenvolvimento; o
1232 segundo, a diversidade cultural e a produção simbólica, com foco na
1233 produção de artes de bens simbólicos, promoção de diálogos interculturais
1234 e formação no campo da cultura; o terceiro trata de cultura, cidade e
1235 cidadania, com foco na cidade, como espaço de produção cultural, de
1236 intervenção, de trocas culturais e de garantias de direitos e acessos a
1237 bens culturais, como sub-eixos, cidades como fenômeno cultural, memória
1238 e transformação social e, acessibilidade e direitos culturais; o quarto eixo
1239 seria cultura e economia criativa, com o financiamento na Cultura, nos
1240 âmbitos municipal, estadual e federal, a sustentabilidade nas cadeias
1241 produtivas da cultura e a geração do trabalho e renda; e, por fim, a
1242 gestão e a institucionalidade da cultura. Apontou que a conferência estava
1243 estruturada em cinco momentos: as conferências municipais e
1244 intermunicipais, as conferências estaduais e a conferência do Distrito
1245 Federal, as pré-conferências setoriais, a virtual, as livres – que são de

1246 iniciativa da sociedade civil, e a plenária nacional. Ela explicou como seria
1247 formada a composição da Conferência Nacional; na estrutura de
1248 organização serão duas instâncias, uma comissão organizadora nacional
1249 que será maior e mais ampla, maior quantitativamente, mais ampla
1250 porque incluirá representantes do Ministério da Cultura, representantes do
1251 Governo Federal, representantes da sociedade civil, o conselho é um
1252 grupo maior que tem uma tarefa mais geral de coordenar a Conferência
1253 Nacional. Informou que o evento estava previsto para ser realizado de 11
1254 a 14 de março de 2010, em Brasília. Ela solicitou a todos que analisassem
1255 o regimento da conferência, que ainda deveria ser aprovado pelo Conselho
1256 Nacional de Política Cultural; e abriu a sessão de debates. O Sr. **Mário**
1257 **Olímpio Filho**, da Frente Nacional de Prefeitos, mostrou-se preocupado
1258 em como alcançaria as periferias com o Plano Nacional de Cultura. Ele,
1259 juntamente com o Representante da Confederação Nacional de Municípios,
1260 Sr. **Ignácio Kornowski**, e o Presidente do Fórum Nacional de
1261 Secretários e Dirigente Estaduais de Cultura, Sr. **Daniel Sant'Ana**,
1262 levantaram a questão sobre a situação dos planos estaduais e municipais
1263 de Cultura, como levar o Plano Nacional de Cultura aos municípios,
1264 principalmente os menos organizados, de forma que eles participassem
1265 ativamente do sistema. O Sr. **Daniel Sant'Ana** colocou que seria
1266 fundamental traçar as prioridades para os municípios, para o
1267 desenvolvimento dos planos. A Sra. **Maria das Graças de Castro**,
1268 solicitou um posicionamento dos presentes sobre livro e leitura, para
1269 começar a executar o Plano Nacional do Livro e da Leitura, que já está
1270 pronto. O Gestor Cultural da Fábrica do Futuro e Novas Tecnologias de
1271 Cataguases (MG), Sr. **César Piva** (Inclusão Social por Intermédio da
1272 Cultura), chamou a atenção para a questão da cultura, comunicação e o
1273 mundo digital, que não aparecia na dimensão merecida nas propostas da
1274 II Conferência Nacional. O Representante do Colegiado Setorial de Música
1275 e do Fórum Nacional de Música, Sr. **Álvaro Santi** (Música Erudita),
1276 criticou os eixos e os sub-eixos propostos para a II Conferência Nacional
1277 da Cultura. A Secretária de Articulação Institucional, Sra. **Silvana**

1278 **Meireles**, retomou a palavra para responder as colocações dos
1279 participantes. Informou que a respeito do Plano Nacional de Cultura nas
1280 periferias, seria apresentado um calendário no início do segundo semestre
1281 do corrente ano para reunir todos os gestores municipais, onde seriam
1282 utilizadas várias estratégias que garantiriam o acesso de todos ao
1283 programa, cuja pauta seria: Sistema Nacional de Cultura, Conferência
1284 Nacional de Cultura e Programa Mais Cultura. Sobre a questão dos planos
1285 municipais, ela avaliou que era um caso oportuno e que os estados e
1286 municípios deviam dar ênfase a esse eixo e direcionar os planos. Ela
1287 ressaltou que o Ministério da Cultura estava propondo um Acordo de
1288 Cooperação Federativa, que tinha o objetivo de estabelecer uma relação
1289 entre o Ministério com os municípios, sem focar apenas no sistema, mas
1290 em todas as políticas do órgão. Sobre a Política Nacional do Livro, ela
1291 informou que teria uma instância e o Ministério da Cultura teve aprovada
1292 a sua reestruturação, que tinha a expectativa de ser publicada nos
1293 próximos 30 dias e, quando fosse implantada, estava prevista uma
1294 diretoria do Livro e Leitura, que era o embrião do que viria a ser o
1295 Instituto Nacional do Livro. O Sr. **Roberto Peixe**, da Secretaria de
1296 Articulação completou as colocações de **Silvana Meireles** e disse que era
1297 preciso avançar nos conteúdos das discussões. Ele ressaltou que as
1298 preocupações abordadas sobre o acesso dos municípios ao sistema
1299 poderiam ser solucionadas com a II Conferência Nacional. Para ele, a
1300 implementação de planos estaduais e municipais seria importante para o
1301 sistema ter continuidade nos futuros governos. O Sr. **Fred Maia**
1302 completou que a II Conferência Nacional da Cultura possibilitaria a
1303 consolidação do processo de implementação do sistema. A sessão de
1304 debates foi reaberta e a Sra. **Solange Lima** (Audiovisual), o Sr. **Paulo**
1305 **Ormindo de Azevedo** (Patrimônio Imaterial), o Sr. **Paulo Knauss**
1306 (Arquivos), o Sr. **Ignácio Kornowski** (Coordenação Nacional de
1307 Municípios), a Sra. **Solange Lima** (Audiovisual), a Sra. **Sandra Verônica**
1308 **Cureau** (Ministério Público Federal) e o Sr. **Luiz de Jesus Fidélis** (Povos
1309 indígenas) comentaram sobre as questões levantadas na discussão. O

1310 Deputado Federal, Sr. **Ângelo Vanhoni**, relatou que há uma ausência de
1311 discussões relacionadas ao Ministério da Cultura no Congresso Nacional, o
1312 que dificultava a consolidação de políticas públicas culturais. Ele comentou
1313 que "o Ministério poderia chamar este conselho, o Ministério poderia
1314 chamar a organização dos Secretários Municipais de Cultura do Brasil e,
1315 que poderiam de alguma forma estar vinculados ao Secretário de Cultura
1316 do Estado, então nós tínhamos um fórum de cultura estadual que reúne
1317 secretários estaduais, mas nós não temos um pelo que eu vi, nós não
1318 temos um fórum nacional de municípios". O Sr. **Daniel Sant'Ana** (Fórum
1319 Nacional de Secretários Estaduais) divulgou que no próximo dia 15 de
1320 abril será realizada a reunião do Fórum dos Secretários das Capitais. Ele
1321 alertou que o sistema precisaria de uma mobilização parlamentar em
1322 torno das demandas prioritárias da Cultura. A Sra. **Maria Adelaide S.**
1323 **Chamusca**, do Ministério da Educação, comentou sobre a Conferência
1324 Nacional de Educação Ambiental, que trabalhava com os coletivos jovens
1325 e tinha uma estrutura de multiplicadores que reunia cerca de 60 mil
1326 escolas do Brasil. Ela informou que essas estruturas poderiam ser
1327 colocadas à disposição e que estariam agendadas para a semana seguinte
1328 da Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Política Cultural, um
1329 encontro com o Ministério da Cultura para aproximar o programa Mais
1330 Educação com o programa Mais Escola. O Sr. **Álvaro Salmito** (SESC) e o
1331 Sr. **Oswaldo Viegas** (Fórum de Secretários e Dirigentes Estaduais)
1332 fizeram observações, com caráter de exortação, ao Ministério, sobre os
1333 eixos que tinham sido propostos para a II Conferência Nacional da
1334 Cultura. O Sr. **Genival Oliveira Gonçalves** (Indicação do Ministro) voltou
1335 ao tocante da participação das periferias no Plano Nacional da Cultura. O
1336 Sr. **Zulu Araújo**, do Ministério da Cultura, enfatizou que a Conferência
1337 Nacional era um elemento balizador de políticas públicas dos entes
1338 federativos. Com isso, ele esclareceu que não havia nenhum impedimento
1339 para que os municípios realizassem conferências municipais para capturar
1340 as demandas da sociedade na formulação de suas políticas públicas locais.
1341 O Sr. **Ângelo Vanhoni** sugeriu que fosse analisado o que a conferência

1342 poderia trazer de bom ao país, mobilizando o Brasil inteiro, discutindo a
1343 política de cultura que o Estado tem e o que a sociedade precisa para
1344 reunir o Plano Nacional, financiamento para a Cultura e pressão no
1345 Congresso Nacional para aprovar a PEC 150. A Sra. **Sandra Verônica**
1346 **Cureau** (MPF) ressaltou o eixo três – cultura, cidade e cidadania. Para
1347 ela, era um item fundamental para envolver a sociedade e fazer entender
1348 a importância da preservação da memória das cidades para o futuro do
1349 país. O Sr. **Antônio Carlos Pinto Vieira** (Museus) sugeriu ao Ministério
1350 que, nas próximas oportunidades, enviasse com antecedência os
1351 documentos com as propostas da discussão ao Conselho para que os
1352 conselheiros pudessem chegar às reuniões já com um conhecimento maior
1353 do teor do documento. O Sr. **Gustavo Vidigal** (Coordenador Geral do
1354 CNPC) solicitou a todos que analisassem a proposta de regimento da II
1355 Conferência Nacional da Cultura distribuída, para montar um grupo de
1356 trabalho, que avaliaria as contribuições enviadas ou faria uma reunião
1357 extraordinária para discutir apenas o regimento interno, no máximo, no
1358 final de abril. A urgência era devida à necessidade dos Estados e
1359 Municípios de terem a aprovação do regimento para realizar as suas
1360 conferências. Na discussão sobre a aprovação do regimento, propuseram
1361 agendar a reunião para o dia 14 de abril. Ficou registrado que até o dia 07
1362 de abril, todos enviariam contribuições sobre o assunto ao Ministério da
1363 Cultura, para serem sistematizadas e reenviadas até o dia 09. Ele colocou
1364 também que o Conselho montou um grupo de trabalho para ajudar a
1365 consolidar o Sistema Nacional da Cultura, para isso foi sugerida a
1366 integração de alguém da sociedade civil. O Sr. **Ildeu de Castro Moreira**,
1367 do MCT, relatou os trabalhos dos três grupos de trabalho montados pela
1368 Secretaria de Articulação Institucional: um responsável pela questão de
1369 formação dos gestores, o outro trabalhava com o mapeamento de cultura
1370 e o terceiro trabalhava com a arquitetura e o marco do sistema. O Sr.
1371 **Gustavo Vidigal** (Coordenador-Geral do CNPC) passou para a pauta
1372 seguinte. **Item 8 - Apresentação da proposta de realização dos**
1373 **seminários nacionais.** O Sr. **Gustavo Vidigal** (Coordenador Geral do

1374 CNPC) informou que faltava montar um grupo de trabalho, a pedido do Sr.
1375 **Michel Etlin**, sobre doações de acervos pessoais, que iria pensar numa
1376 política, junto com o Ministério; ele sugeriu que este grupo deveria ter
1377 dois representantes do Governo Federal, um deles seria do IPHAN e o
1378 segundo seria da Secretaria de Políticas Culturais, uma vez que a própria
1379 secretaria vinha pensando em políticas sistêmicas para o Ministério. O Sr.
1380 **Paulo Ormino de Azevedo** (Patrimônio Imaterial) recomendou a
1381 participação do Sr. **Luiz Phelipe Andrés** no grupo de trabalho. Foi
1382 sugerida também a participação do Sr. **Antônio Carlos P. Vieira** e do Sr.
1383 **Michel Etlin**. O Sr. **Paulo Knauss** (Arquivos) e o Sr. **Ignácio**
1384 **Kornowski** se habilitaram a fazer parte do grupo de trabalho. A
1385 composição do Grupo de Trabalho ficou: no Iphan e na Secretaria de
1386 Políticas Culturais - Luiz Phelipe Andrés, Antônio Carlos P. Vieira, Michel
1387 Etlin; como suplentes, teria a Secretaria Executiva, a Secretaria da
1388 Identidade e Diversidade - Paulo Knauss, Ignácio Kornowski e Sandra
1389 Verônica Cureau. A Sra. **Patrícia Canetti** (Artes Digitais) abordou a
1390 questão dos editais que precisavam ser reformulados e centrados mais na
1391 economia. O Sr. **Alberto Ferreira da Rocha Junior** (ANDIFES),
1392 completou que o objeto do edital precisa ser definido. O Sr. **Du Oliveira**
1393 (Música Popular) colocou que, em programas desenvolvidos por meio de
1394 editais, deveriam abranger a produção, a difusão e a circulação da obra.
1395 Ele completou que a continuidade da política teria que envolver todo o
1396 processo da cadeia. O Sr. **Francisco Auto Filho** (Fórum Nacional de
1397 Secretários e Dirigentes Estaduais) relatou que acreditava que o edital de
1398 subvenção social talvez pudesse atender a questão da continuidade e não
1399 atender só o produto. O Sr. **Paulo Ormino de Azevedo** (Patrimônio
1400 Imaterial) ressaltou que o edital tem limitações. Para ele, era preciso ter
1401 um sistema que partisse de uma demanda da sociedade. O Sr. **Gustavo**
1402 **Vidigal** (Coordenador Geral do CNPC) ressaltou que no caso específico da
1403 política de edital, poderia obter-se alguma resposta na elaboração do
1404 seminário. Ele se comprometeu a entrar em contato com o Sr. **José Luiz**
1405 **Herencia**, para que tivesse um representante do Conselho na elaboração

1406 do seminário e continuassem com as discussões nos fóruns. Dando
1407 seguimento, o Sr. **Gustavo Vidigal** (Coordenador Geral do CNPC) iniciou
1408 a leitura da moção, na qual: *O CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA*
1409 *CULTURAL – CNPC, reunido em Sessão Ordinária, nos dias 24 e 25 de*
1410 *março de 2009, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo*
1411 *Decreto nº 5.520, de 24 de agosto de 2005, tendo em vista o disposto em*
1412 *seu Regimento Interno, e Considerando a relevância do envolvimento dos*
1413 *parlamentares federais de ambas as Casas Legislativas do Congresso*
1414 *Nacional no tocante à apreciação das propostas de emenda à Constituição*
1415 *Federal, bem como dos projetos de lei de extrema relevância para a*
1416 *Cultural nacional, os quais serão encaminhados ao Congresso nesse ano*
1417 *de 2009; Considerando que este conjunto de leis e propostas de emendas*
1418 *à constituição é também parte do esforço de enfrentamento da crise*
1419 *econômica, garantindo os instrumentos necessários ao desenvolvimento*
1420 *das atividades Culturais no país; Considerando a iniciativa conjunta das*
1421 *instituições mencionadas na epígrafe, no que diz respeito ao programa de*
1422 *encontros estaduais entre secretários, conselheiros de Cultura, sujeitos e*
1423 *agentes Culturais e parlamentares de todos os partidos políticos, cujo*
1424 *objetivo é o de garantir, no Congresso Nacional, presença política para*
1425 *tramitação e aprovação da pauta: PEC 150, PEC 236, PEC 416, Projeto de*
1426 *Reformulação da Lei Rouanet, Projeto de Reformulação da Lei do Direito*
1427 *Autoral e aprovação do Plano Nacional de Cultura, Externa publicamente,*
1428 *através da presente moção de apoio, seu apreço a iniciativa supra*
1429 *descrita, razão pela qual cerra fileiras com as instituições acima*
1430 *relacionadas, tomando parte em referida mobilização, de abrangência*
1431 *nacional.* Na sequência, o Sr. **Francisco Auto Filho** (Fórum Nacional dos
1432 secretários e Dirigentes Estaduais), solicitou uma inclusão de um item na
1433 mesma moção para que tivesse uma única recomendação, que seria a
1434 inclusão do fundo para a Leitura, não havendo manifestações contrárias,
1435 foi acatado. O Sr. **Gustavo Vidigal** (Coordenador Geral do CNPC)
1436 continuou com a leitura da moção encaminhada pelo Sr. **Ildeu de Castro**
1437 **Moreira** (MCT) a qual parabeniza o Instituto Histórico e Geográfico

1438 Brasileiro pelos 170 anos de sua revista, a mais antiga publicação
1439 acadêmica das Américas, a façanha de publicar por tanto tempo uma
1440 revista dedicada ao registro e a pesquisa geográfica de história é
1441 altamente meritória. Poucos periódicos, no mundo, atingiram esta marca e
1442 podem exibir um acervo tão amplo de documentos e interpretações,
1443 autores e temas, que a revista do IHGB prossiga no seu caminho histórico
1444 de recuperar, investigar, valorizar e difundir o conhecimento geográfico
1445 histórico sobre o Brasil. O Sr. **Gustavo Vidigal** (Coordenador Geral do
1446 CNPC) colocou a Moção em votação, sendo aprovada pelo plenário. Em
1447 seguida, o Sr. **Gustavo Vidigal** (Coordenador Geral do CNPC) passou
1448 para a leitura da moção encaminhada pela Sra. **Alice Viveiros de Castro**
1449 (Circo) a qual: *O Conselho Nacional de Política Cultural reunido em sessão*
1450 *apresenta moção de aplauso ao colegiado setorial do circo ao Ministério da*
1451 *Cultura, Ministério do Meio Ambiente, Ministério da justiça pela criação da*
1452 *comissão que estuda regulamentação dos animais dos circos. Ao*
1453 *regulamentar a participação dos animais dos espetáculos, o transporte e*
1454 *as condições de guarda alimentação e saúde a comissão protegerá os*
1455 *animais, garantirá a segurança do público e preservará a tradicional arte*
1456 *circense da doma e do adestramento, partes integrantes das artes de*
1457 *circo desde tempos imemoriais; A Moção foi colocada em votação pelo Sr.*
1458 **Gustavo Vidigal** (Coordenador Geral do CNPC), e foi aprovada pelo
1459 plenário, por unanimidade. Na sequência, a moção em que: *O Conselho*
1460 *Nacional de Política Cultural – CNPC, reunido em Sessão Ordinária, nos*
1461 *dias 24 e 25 de março de 2009, no uso das atribuições que lhe são*
1462 *conferidas pelo Decreto nº 5.520, de 24 de agosto de 2005, tendo em*
1463 *vista o disposto em seu Regimento Interno, manifesta o seu total repúdio*
1464 *e considerando que a Arte da Magia é um bem Cultural caracterizado*
1465 *como conhecimento tradicional, o CNPC vem manifestar seu repúdio à*
1466 *exibição em rede nacional de televisão de programas dedicados a revelar*
1467 *os truques que são à base da Arte e lhe confere aura própria, o que*
1468 *configura ato de desrespeito à criação artística e de destruição do*
1469 *patrimônio Cultural por ameaçar sua forma de reprodução tradicional,*

1470 *que, desde a Antiguidade, tem o segredo como princípio artístico*
1471 *sustentado na relação de mestre e aprendiz; O Sr. **Gustavo Vidigal***
1472 *(Coordenador Geral do CNPC), encaminhou aos conselheiros a alteração*
1473 *feita posteriormente pela autora da moção. Continuando, O Sr. **Bruno***
1474 ***Monteiro** (Artes Digitais) apresentou a moção de aplauso: *O Conselho**
1475 **nacional de Políticas Culturais - CNPC, reunido ordinariamente, em**
1476 **Brasília, nos dias 24 e 25 de março, por decisão unânime, aprova moção**
1477 **de repúdio a repressão policial de que foi vítima a Sambada de Coco do**
1478 **Coco de Umbigada, apelando ao governo do Estado para que determine a**
1479 **adoção de medidas que assegurem as condições necessárias para sua**
1480 **livre expressão pública; que colocada ao plenário para votação foi**
1481 **aprovada sem ressalvas. O Sr. **Álvaro Santi** (Música Erudita) encaminhou**
1482 **a moção pela preservação, tombamento e restauro do prédio da Casa**
1483 **Elétrica de Porto Alegre. Na qual: *A moção pela preservação tombamento**
1484 **e restauro do prédio da Casa Elétrica de Porto Alegre, é uma fábrica de**
1485 **discos de cera instalada em Porto Alegre, em 1913, pelos emigrantes**
1486 **italianos, Savério e Emilio Leonetti e chegou a registrar não apenas a**
1487 **música fita no Rio Grande do Sul, mas também artistas de São Paulo,**
1488 **Montevideu e Buenos Aires, segunda no ramo na America do sul, a outra**
1489 **era a casa Edson no rio de janeiro, e quarta no mundo, havia mais uma**
1490 **nos Estados Unidos e outra na Alemanha. Em poucos anos registrou mais**
1491 **de 4.500 gravações de músicos brasileiros como Otavio Dutra, Dante**
1492 **Santoro, Geraldo Magalhães e estrangeiros como Francisco Camaro,**
1493 **Roberto Fiepo, descoberto pelo folclorista Paixão Cortes ainda na década**
1494 **de 70, no mais completo abandono, o que fora uma prensa de discos,**
1495 **servia então como bebedouro e um galinheiro, o prédio remanescente da**
1496 **Casa Elétrica, localizada na Avenida Sergipe nº 220 foi finalmente**
1497 **tombado pelo município de porto alegre em 27 de dezembro de 96, em**
1498 **conseqüência de um abaixo assinado movido pela Associação Museu da**
1499 **Imagem e do Som de Porto Alegre. Posteriormente sua história foi**
1500 **resgatada devido a uma pesquisa do músico Hardy Vedana que culminou**
1501 **com a publicação em 2006 do livro "A Elétrica e os discos gaúchos" que***

1502 *teve o patrocínio da Petrobrás através da lei de incentivo a Cultura, que é*
1503 *este livro aqui que eu trouxe, infelizmente só tenho um exemplar aqui*
1504 *para mostrar para vocês, mas esta disponível para quem tiver interesse*
1505 *pode encomendar do autor. E, contudo o prédio que abrigou esse*
1506 *importante marco da história Cultural, da indústria Cultural brasileira, não*
1507 *sofreu desde então nenhuma intervenção de restauro em consequência*
1508 *encontra-se hoje sob sério risco de incêndios e desabamento, objeto de*
1509 *ação judicial que se arrasta a anos, face a ação trabalhista, o pátio da*
1510 *casa vem servindo como estacionamento para ônibus. Considerando o*
1511 *exposto o Conselho Nacional de Política Cultural, reunido nessa data*
1512 *aprova uma moção por providências urgentes das autoridades*
1513 *responsáveis em todas as esferas e poderes diante da eminência da*
1514 *destruição do prédio da Casa Elétrica e pelo tombamento do prédio como*
1515 *patrimônio Nacional pelo IPHAN. Solicito ainda que seja dado ciência às*
1516 *instituições enfim, IPHAN, Ministério Público Federal, Rio Grande do Sul,*
1517 *Estado e Conselho, e Secretaria Municipal da Cultura em Porto Alegre. Ao*
1518 *ser colocado em regime de votação pelo plenário, o Sr. **Francisco Auto***
1519 ***Filho** sugeriu mudança na redação, apoiado pelo Sr. **Michel Etlin***
1520 *(Associação Nacional de Entidades Culturais Não Lucrativas - ANEC) e pela*
1521 *Sra. **Sandra Verônica Cureau** (Ministério Público Federal); Após ser*
1522 *modificada, foi aprovada sem ressalvas e por unanimidade. O Sr.*
1523 ***Gustavo Vidigal** (Coordenador Geral do CNPC) apresentou a moção*
1524 *encaminhada pelo Sr. **César Piva** (Inclusão Social por Intermédio da*
1525 *Cultura), na qual: O Conselho Nacional de Política Cultural em sua 5ª*
1526 *reunião ordinária vem a público manifestar seu total apoio as diversas*
1527 *manifestações e iniciativas que em todo o país buscam a conversão da lei*
1528 *complementar 128/08 promulgada pelo Congresso Nacional em dezembro*
1529 *de 2008, essa lei que realiza no enquadramento para o setor Cultural que*
1530 *representa profundo impacto tributário, que incide sobre a arrecadação*
1531 *bruta passamos de 6% na lei anterior para no mínimo 17,5% da lei*
1532 *aprovada, tal posição tem sustentação na compreensão da importância e*
1533 *dimensão da Cultura para o desenvolvimento do país, sobretudo diante*

1534 *dos impactos conjunturais impostos pela crise econômica mundial com*
1535 *essa moção apoiamos também todas as iniciativas já realizadas pelo*
1536 *Ministério da Cultura reiterando seu caráter de urgência na resolução*
1537 *favorável a todo o setor Cultural. Que por sua vez, colocada em votação*
1538 pelo Sr. **Gustavo Vidigal** (Coordenador Geral do CNPC) foi aprovada sem
1539 ressalvas e por unanimidade. A Sra. **Solange Lima** (Audiovisual) relatou
1540 que gostaria de registrar em ata, primeiro os aplausos para a equipe do
1541 CNPC, que trabalha com um calendário fixo e que dá uma seriedade a
1542 esse Conselho, que tem a maior expressão da representação da Cultura
1543 no nosso país, desejando que os outros Conselhos das outras secretarias
1544 de outros segmentos sigam esse exemplo. O Sr. **Gustavo Vidigal**
1545 (Coordenador Geral do CNPC) lembrou que no dia 14 de abril será
1546 realizada a reunião extraordinária do Conselho para que seja discutido e
1547 aprovado o regimento interno da II Conferência Nacional da Cultura. Ele
1548 frisou que a tarefa para levar às próximas reuniões dos Colegiados eram
1549 propostas de diretrizes gerais para cada um dos planos setoriais. Relatou
1550 que a idéia seria que nas reuniões dos Colegiados Setoriais fosse fechado
1551 um caderno de propostas de diretrizes para discussão pública, ao longo de
1552 2009. Esse processo seria coroado no fim do ano, com os encontros
1553 setoriais nacionais de cada segmento. Esclareceu então, que esses
1554 encontros serão pré-conferências nacionais, transformados num estado
1555 político com várias tarefas: discutir os planos nacionais; promover a
1556 renovação de cada colegiado; e eleger os representantes que cada
1557 colegiado teria nas conferências. O Sr. **Sérgio Mamberti** expôs como
1558 situam os trabalhos da Funarte e avaliou a importância do Sistema
1559 Nacional de Cultura nos dois últimos anos de gestão e disse que, mesmo
1560 com as limitações de orçamento e outros empecilhos de fim de governo, o
1561 trabalho não poderia parar. A Sra. **Maria das Graças de Castro**
1562 completou as colocações do Sr. **Sergio Mamberti** com a necessidade de
1563 integrar os colegiados setoriais. Ela enfatizou a integração do colegiado de
1564 Livro e Leitura com os demais colegiados para garantir o que já foi
1565 avançado no Plano Nacional do Livro e Leitura com a institucionalização de

1566 um departamento dentro do próprio Ministério, para que pudesse
1567 determinar com clareza como esse plano seria executado. **Item 9 -**
1568 **Encaminhamentos, Informes e Breves Comunicações.** A Sra.
1569 **Patrícia Canetti** solicitou uma posição concreta a respeito do Encontro
1570 das Artes Digitais. Ela mencionou que foi proposto que o encontro fosse
1571 realizado no auditório da Funarte. Ela perguntou se haveria alguma
1572 maneira de ter representantes da área digital na CNIC, antes da formação
1573 do colegiado. O Sr. **Gustavo Vidigal** (Coordenador Geral do CNPC)
1574 respondeu que toda a CNIC será reformulada com a nova Lei Rouanet. O
1575 Sr. **Oséas Borba Neto** levantou uma preocupação a respeito do Plano
1576 Nacional. Ele salientou que o sistema não devia ficar apenas nos locais
1577 que tenha representações, que realmente haja diálogo entre todo o país.
1578 O Sr. **Américo Córdula** ressaltou que não existem cadeias produtivas
1579 dentro das políticas dos povos indígenas, ou, se existem, não estão
1580 mapeadas. Ele completou que é preciso construir programas setoriais para
1581 constar no Plano Nacional de Cultura. Ele levantou a questão do segmento
1582 LGBT. Apesar de não haver uma representação desse segmento dentro do
1583 Conselho, tem uma demanda que saiu da Conferência Nacional LGBT para
1584 inserir no Conselho Nacional de Políticas Culturais uma representação. O
1585 Sr. **Francisco Auto Filho** (Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes
1586 Estaduais) e o Sr. **Maurício Dantas** (Gerente de Políticas Culturais)
1587 fortaleceram a observação feita pela Sra. **Maria das Graças de Castro**
1588 de colocar a política do Livro e a Leitura no Plano Nacional de Cultura. O
1589 Sr. **Gustavo Vidigal** (Coordenador Geral do CNPC) comentou sobre as
1590 colocações levantadas e disse que o Ministério concordava com a idéia de
1591 ampliar a interlocução com os segmentos organizados. Ele esclareceu que,
1592 onde não estiver organizado, precisaria fazer um esforço para consolidar e
1593 institucionalizar a organização de políticas dos segmentos. Ele lembrou
1594 que os colegiados seriam renovados no fim deste ano e que vão poder
1595 aprofundar essa discussão na reunião do dia 14 de abril. Para finalizar, ele
1596 informou que precisaria aprovar as moções e recomendações. A moção
1597 encaminhada à Coordenação do Conselho, que trata dos Secretários